

**GERÊNCIA-GERAL DE TAQUIGRAFIA E PUBLICAÇÃO**

**NOTAS TAQUIGRÁFICAS**

**4ª Reunião Especial**  
**24/3/2017 - 10 horas**

**Abertura**

**O presidente (deputado Adalclever Lopes)** - Bom dia.

Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos.

**O locutor** - Esta reunião especial destina-se à realização do Fórum Estadual para Debater a Reforma Trabalhista e seus Impactos para os Trabalhadores e o Mercado de Trabalho.

Compõem a Mesa de honra as Exmas. Sras. e os Exmos. Srs. deputado federal Patrus Ananias, membro da Comissão Especial do PL 6.787/2016, que trata da reforma trabalhista na Câmara dos Deputados; deputado federal Leonardo Monteiro, também membro da comissão especial; Rosilene Cristina Rocha, secretária de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social; deputado André Quintão; vereador Arnaldo Godoy; João Paulo de Faria Santos, advogado da União e assessor jurídico do deputado federal Patrus Ananias; Valter Aguiar, vice-presidente da Força Sindical de Minas Gerais; Everson de Alcântara Tardeli, diretor de Direitos Humanos da Nova Central Sindical de Trabalhadores - NCST; Eliana Brasil Campos, representante da Central Única dos Trabalhadores - CUT; Lincoln Alves Miranda, representante do Sindalemg, da Fenale e do Públicos; Pedro Mário Ribeiro, representante da Fetaemg e da Contag. Temos o prazer de comunicar que também vai integrar a Mesa de honra a deputada Marília Campos.

Convidamos os presentes para, em posição de respeito, ouvirem a execução do Hino Nacional.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

**O locutor** - Gostaríamos de informar também que compõe a Mesa de Honra o Exmo. Sr. vereador Pedro Patrus, da Câmara Municipal de Belo Horizonte.

Com a palavra, o presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, deputado Adalclever Lopes.

**O presidente (deputado Adalclever Lopes)** - Bom dia a todos. Desejo-lhes um ótimo dia de trabalho. É uma honra participar com vocês desta discussão para debater a reforma trabalhista e seus impactos. Minas Gerais sempre foi o berço das grandes discussões nacionais, e tenho certeza de que esta será uma grande discussão - e vamos levá-la com muita força a Brasília. Vou passar a presidência dos trabalhos ao deputado André Quintão, que vai conduzir a reunião, com certeza, com muito brilhantismo. Muito obrigado a todos. (- Palmas.)

**O presidente (deputado André Quintão)** - Aproveitamos a presença do presidente Adalclever Lopes para, em nome da comissão organizadora do evento, agradecer-lhe a disponibilidade e até por coloca toda a equipe da Assembleia Legislativa à disposição.

O presidente Adalclever Lopes coordenou também, na segunda-feira, nesta mesma Assembleia, uma grande mobilização em torno da discussão sobre a reforma da previdência, e, com alegria, conseguimos, sob a coordenação da deputada Marília Campos, a assinatura de 60 deputados e deputadas num manifesto contrário à referida reforma. Então a Assembleia, nesta semana, discutiu, na segunda-feira, a reforma da previdência e hoje está discutindo a reforma trabalhista por solicitação dos deputados Patrus Ananias e

Leonardo Monteiro, em nome da comissão especial da Câmara dos Deputados. Então, é com muita alegria que registro, neste momento, a presença na mesa do nosso querido deputado federal Patrus, membro da comissão especial, servidor concursado da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, ex-ministro e ex-prefeito; e do deputado federal Leonardo Monteiro, grande companheiro, membro da Comissão Especial da Reforma Trabalhista, coautor do requerimento que deu origem a esta atividade.

Cumprimento a nossa querida deputada estadual Marília Campos, que integra, neste momento, a comissão de acompanhamento, nesta Casa, da reforma da previdência. Cumprimento a Exma. secretária de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social, Rosilene Cristina Rocha, minha querida amiga, que neste evento representa o governador do Estado, Fernando Pimentel.

Registro aqui a presença de Antônio Lambertucci, subsecretário de Trabalho; de Vera Victor, presidenta da Utramig; dos representantes do governo do Estado; dos Exmos. vereadores por Belo Horizonte - Pedro Patrus e Arnaldo Godoy.

Cumprimento os Srs. João Paulo de Faria Santos, advogado da União e assessor jurídico do deputado federal Patrus Ananias; Valter Aguiar, vice-presidente da Força Sindical de Minas Gerais; Everson de Alcântara Tardeli, diretor de Direitos Humanos da NCST; nossa querida companheira e amiga Eliana Brasil, que representa a CUT; Lincoln Alves, representante do Sindalemg e da Fenale; Pedro Mário Ribeiro, representante da Fetaemg e da Contag; e Cida Falabella, vereadora por Belo Horizonte.

Em função do atraso, faremos uma abertura muito breve no sentido de ressaltar a importância do tema deste debate. Estamos vendo um conjunto de propostas que estão sendo discutidas em âmbito nacional e que afetam negativamente a vida dos brasileiros e brasileiras. Foi assim com a PEC nº 24.155, hoje Emenda Constitucional nº 95, que congelou os investimentos em nosso país por 20 anos. Foi com espanto que esta semana tivemos a surpresa negativa de assistir à aprovação do projeto da terceirização, praticamente o capítulo nº 1 da proposta de reforma trabalhista. Neste momento, vemos a questão da reforma da previdência, que chama mais atenção, é objeto de grandes mobilizações. Paralelamente, há a proposta da reforma trabalhista, que está na comissão especial, que tem um quórum menor para ser aprovada e muitas vezes não chama tanto a atenção da população, mas é tão nefasta quanto a reforma da previdência. Então os deputados Patrus Ananias e Leonardo, por meio da Câmara dos Deputados, alertaram para isso e fizeram a proposta de realização deste evento, uma oportunidade de detalharmos melhor o que está em tramitação no Congresso. Estão aqui formadores de opinião.

Precisamos extrapolar este debate para o conjunto da sociedade, e por isso reitero agradecimentos ao presidente, deputado Adalclever Lopes, por fazer este debate no Plenário da Assembleia, com transmissão ao vivo para centenas de municípios de Minas Gerais. Então será muito importante, Patrus e Leonardo, a concessão deste espaço porque teremos oportunidade de informar à população tudo a respeito dessa proposta, obviamente com a

Código do documento: 1201207

presença representativa das centrais sindicais, dos mandatos, das pessoas comprometidas com os trabalhadores e das formas de mobilização em todo o Estado.

Agradeço aos deputados Patrus e Leonardo a oportunidade de a Assembleia se integrar nesse esforço. Registro a presença da deputada Geisa Teixeira, da bancada dos trabalhadores. Vamos seguir a dinâmica proposta pelo cerimonial. Toda a dinâmica da reunião foi estabelecida a partir das assessorias dos deputados Patrus e Leonardo, da comissão especial da Câmara dos Deputados.

Agora passarei a palavra ao deputado federal Patrus Ananias, para o seu pronunciamento.

**O locutor** - Antes, porém, presidente, permita-me fazer um registro. A Exma. Sra. vereadora de Belo Horizonte, Cida Falabella, já está compondo a Mesa de honra. Também convidamos a compor a Mesa a Sra. Sônia Mara, representante da Via Campesina.  
(- Palmas.)

**O deputado federal Patrus Ananias** - Bom dia. Inicialmente quero saudar todas as pessoas, lideranças, militantes sociais e sindicatos presentes. Quero saudar a todos na pessoa da Sra. Vera Maria Neves Victor Ananias, a Verinha, minha companheira presente. Sempre saúdo primeiro os presentes para lembrar que a autoridade maior aqui são vocês, que representam o nosso povo. Estamos aqui, na frente, apenas por uma delegação. A saudação primeira é endereçada àqueles que aqui representam a brava gente brasileira. Quero saudar, com muito carinho, o Exmo. Sr. deputado André Quintão, representando o presidente da Assembleia

Legislativa do Estado de Minas Gerais, deputado Adalclever Lopes, que teve a delicadeza de estar conosco e abrir este encontro. Saúdo ainda o fraterno companheiro, amigo, colega na Câmara, parceiro nesta iniciativa, deputado federal Leonardo Monteiro, membro da Comissão Especial do PL nº 6.787/2016, que trata da reforma trabalhista da Câmara dos Deputados; a deputada estadual, uma amiga muito querida, Marília Campos, e a deputada Geisa Teixeira, também muito amiga, que nos honram com a presença; a secretária de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social, nossa querida companheira Rosilene Cristina Rocha; o vereador de Belo Horizonte, Pedro Patrus, com um carinho muito especial, e o fraterno amigo e irmão vereador de Belo Horizonte, Arnaldo Godoy, que foi testemunha de que cantei o Hino Nacional certinho; o meu colega de mandato, advogado da União e nosso assessor jurídico, Dr. João Paulo de Faria Santos; o vice-presidente da força sindical de Minas Gerais, nosso companheiro Valter Aguiar; o diretor de Direitos Humanos da Nova Central Sindical de Trabalhadores, Everson de Alcântara Tardeli; e a representante da CUT, a nossa querida amiga e companheira Eliana Brasil Campos.

Quero saudar o representante do Sindalemg e da Fenale, companheiro Lincoln Alves Miranda, assim como o representante da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Minas Gerais e da Confederação dos Trabalhadores em Agricultura, o Pedro Mário Ribeiro. Também está conosco, eu não a havia visto ainda, a vereadora Cida Falabella. Muito bem-vinda, Cida.

Isto posto, tentarei ser breve, o que para mim não é fácil: esse negócio de falar pouco não é comigo. Sou advogado, professor e político, mas a Verinha fala que sou mesmo é um pregador. Fico até honrado com isso.

Queria refletir com vocês sobre este momento difícil que estamos vivendo na conjuntura nacional. O deputado André Quintão fez aqui uma referência a outros projetos, quer dizer, à proposta de reforma trabalhista, que, na verdade, não é reforma, mas o início do fim; é o desmonte do direito do trabalho no Brasil. Ao mesmo tempo em que estamos discutindo a reforma trabalhista com o deputado Leonardo Monteiro, na comissão, somos surpreendidos com a votação, em caráter de urgência urgentíssima, do projeto que transforma em regra o trabalho temporário. O que era para ser exceção passa a ser uma regra, inclusive para as atividades-fim, e não mais somente para as atividades-meio, possibilitando até a terceirização em serviços públicos, na educação, na saúde, na segurança pública. Com isso estão restringindo, de forma inconstitucional, uma das grandes conquistas da classe trabalhadora na Constituição de 1988, que é o direito de greve.

Geisa, na mesa tem uma pasta minha. Se puder, traga-a para mim, porque aí está a minha cola, estão as minhas anotações. Obrigado. Aqui está o projeto, gente, com anotações específicas - o dito cujo não está aqui; separei-o para trazer; o que interessava mesmo era o projeto, mas não está aqui. Ah não, ele está aqui. Então, recuperando rapidamente, em menos de um ano, o governo golpista apresentou um projeto privatizando o pré-sal,

comprometendo duramente a cidadania nacional e apontando, com vigor, para a possibilidade de privatização da própria Petrobras, do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal. Estão sendo reduzidos os números de agências que atendem ao povo brasileiro no País inteiro. Logo depois, veio a PEC n° 241, na Câmara - 55 no Senado -, aprovada e hoje é emenda constitucional. É a Emenda n° 95, que desconstitui, descaracteriza a nossa Constituição, que congela o País por 20 anos. É a chamada PEC dos gastos ou PEC do teto, mas nós a chamamos de PEC do desmonte ou PEC da morte. Ela congela o País por 20 anos. Só pode investir, em todas as áreas, educação, saúde, assistência social, segurança alimentar, segurança pública, moradia, a inflação do ano anterior. É uma coisa tão estranha, tão perversa que, se tivermos o melhor cenário, por hipótese, crescimento econômico - não é o caso hoje, estamos vendo que estão afundando o País - e inflação zero ou inflação baixíssima, não teremos nenhum investimento nessas áreas estratégicas e fundamentais para o País. É o desmonte das políticas sociais e o comprometimento da soberania nacional.

O Brasil é um país que precisa crescer. Temos de investir em desenvolvimento tecnológico, científico e em pesquisa, inclusive para afirmar a identidade do nosso país e do nosso povo. Faz durante 20 anos e para. Assina a sentença de morte de programas sociais exitosos que tanto contribuíram para vencermos a luta contra a fome no Brasil, como o programa Bolsa Família.

E, ao mesmo tempo, acontece a reforma do ensino. Aí, há o perigoso corte autoritário, com essa ideia de escola sem

partido. Escola sem partido é a escola de um partido único. É o partido da escola sem partido. Eles representam uma ideologia, uma visão de mundo, doutrinária, de direita, atrasada, retrógrada. O que eles querem é impedir uma escola que pense, uma escola que reflita. A função primeira da escola é estimular o pensamento crítico, o exercício dos direitos e dos deveres da cidadania. As pessoas, desde a infância e juventude, devem adquirir a consciência de que pertencem a uma comunidade local, regional, até a grande comunidade nacional. Retiram da escola pública as matérias que estimulam efetivamente a reflexão, filosofia e sociologia, e reduzem história.

Na verdade, vamos ser claros: a escola pública está se tornando uma escola dos pobres para formar pobres para exercer funções de pobres, quando queremos uma escola pública que assegure um patamar comum de direitos e oportunidades para todas as nossas crianças e todos os nossos jovens. Eles estão separando de novo: quem quiser ter chance na vida vai para a escola particular, para as boas escolas. A escola pública é uma escola para formar técnicos, profissionais. Queremos formar profissionais, sim, em todos os níveis, mas profissionais que pensem, reflitam. Não podemos abdicar de um compromisso nosso: a luta permanente por uma sociedade que assegure, desde o ventre materno, a todas as nossas crianças e aos nossos jovens um patamar comum de direitos e oportunidades.

Daí vem a reforma da previdência. Essa aí está mobilizando, está bem. Só para dar um exemplo, é tão perversa que,

assim como a chamada PEC dos Gastos, PEC do Teto, atira duro quando se trata de programas sociais, como o Bolsa Família; a reforma da previdência é explícita na perspectiva de extinguir o Benefício de Prestação Continuada, o BPC, que o povo associa com a Loas.

É interessante. Andando pelo interior, a gente descobre que, para o nosso povo mais simples do interior, é a Lei Orgânica da Assistência Social - Loas. O BPC, como sabemos, garante o salário mínimo para as pessoas idosas com mais de 65 anos e as pessoas com deficiência, incapacitadas para o trabalho, que sejam pobres. E aí a exigência da lei é muito rigorosa, tem de ser pobre mesmo, com renda inferior a 1/4 do salário mínimo. É com essa gente que eles estão mexendo. Querem elevar a idade de 65 para 70 anos. Uma pessoa que vive com renda em torno de 1/4 do salário mínimo chega aos 60 anos bastante machucada pela vida, alquebrada, por falta de direitos básicos: alimentação, segurança alimentar, moradia, cuidados preventivos e curativos com a saúde e tantos outros direitos que não lhe foram conferidos. E eles querem desvincular o BPC do salário mínimo. Ao desvincularem o salário mínimo, sabemos que em dois ou três anos o valor vai cair, e o beneficiário vai perder o seu poder de compra, não haverá mais reajuste. É o fim, em poucos anos, dessa grande conquista social do Brasil.

Mas a reforma da previdência está sendo confrontada. E o que nos preocupa um pouco neste momento - quero ressaltar a importância deste encontro e agradecer muito a presença de todos

que aqui vieram, e a necessidade de nos multiplicarmos - é que a reforma trabalhista, assim como a lei da terceirização, vem passando batida. As pessoas ainda não se deram conta do tamanho do retrocesso que é. E é sobre isso que falo um pouquinho com vocês agora.

Eles estão dizendo que a CLT é velha, que temos de reformá-la. A CLT é de 1943. Pois bem, o que eles estão propondo é uma volta ao início do século XIX, ao período anterior ao direito do trabalho, lembrando, inclusive, que o direito trabalhista e o direito previdenciário nasceram juntos, são irmãos gêmeos. O direito do trabalho foi uma conquista sofrida ao longo de todo o século XIX, com as lutas operárias e com os movimentos sociais, para serem constitucionalizados somente no século XX, especialmente depois da Segunda Guerra Mundial, com a Declaração Universal dos Direitos Humanos em 10/12/1948.

O período anterior ao direito do trabalho foi marcado pelo direito civil. O contrato de trabalho era como se fosse um contrato de locação de imóvel, um contrato de compra e venda. A pessoa vendia o seu trabalho sem nenhuma proteção. Então, o direito do trabalho nasce de uma proteção do Estado ao trabalho, à trabalhadora e ao trabalhador. As relações de trabalho eram definidas pela relação direta entre o empregado e o empregador. O que aconteceu? Uma superexploração da mão de obra operária; trabalho em condições indignas, perigosas e insalubres; jornadas de trabalho de 15 horas, de 16 horas; uma superexploração da mão de obra das mulheres, das crianças e dos jovens. O direito do

Código do documento: 1201207

trabalho nasceu exatamente para colocar um limite a essa exploração do capitalismo desenfreado e selvagem sobre o trabalho humano.

Foi assim que emergiu. Pois bem, o Brasil custou a perceber isso. Em 1891, a nossa primeira constituição republicana nem trata da questão social, nada. Também estávamos saindo da escravidão - e mal saindo, porque abolimos a escravidão não incorporamos aos nossos antepassados escravos os direitos e deveres da cidadania. Eles não receberam nenhum direito.

No final do século XIX, a questão social já estava posta. Em 1891, o Papa Leão XIII publicou a primeira encíclica social. A igreja voltou a tratar da questão dos pobres com a Rerum Novarum, sobre as coisas novas. Nos anos de 1920, século passado, é atribuída ao presidente Washington Luís, do Brasil, a frase célebre: "A questão social é de polícia". Isso foi pouco antes da Revolução de 1930. Foi apenas depois da Revolução de 1930 que a questão trabalhista, a questão social e a questão previdenciária começaram a ser colocadas para os legisladores e governos no Brasil. No caso, citamos o governo Getúlio Vargas, com as suas contradições, suas indas e vindas e seus acertos e desacertos. O fato é que tivemos, em 1943, a CLT. É bom lembrar que ela não se estendia aos trabalhadores e às trabalhadoras rurais nem às trabalhadoras domésticas e a outras categorias.

Os direitos trabalhistas apenas chegaram ao campo, no Brasil, por meio de uma lei de 1963, o Estatuto do Trabalhador Rural, que não foi aplicado porque, logo depois, veio o golpe de

Código do documento: 1201207

1964 e começaram, no campo, as perseguições aos sindicalistas, aos movimentos sociais e aos movimentos relacionados à luta pela função social da terra, pela reforma agrária. Apenas no final dos anos de 1960 e no começo dos anos de 1970, o estatuto começa a ser timidamente aplicado. Contudo, houve consequências perversas. Qual foi a reação da grande maioria dos proprietários rurais? Dispensar os seus trabalhadores rurais. Houve um fluxo migratório brutal para as grandes cidades. A previdência chega timidamente ao campo em 1971. Eu me lembro bem. Eu era jovem, em Bocaiuva. Isso foi no pior período da ditadura. Era o Funrural. Meio salário mínimo para as pobres camponesas e os pobres camponeses do Brasil. Agora eles estão querendo retirar isso.

É importante sabermos claramente que não está em disputa, no Brasil, o aperfeiçoamento da legislação. Sabemos que muitas coisas mudaram; sabemos que muitas coisas, como o desenvolvimento tecnológico e as novas tecnologias de comunicação, exigem novas regulamentações, contudo devemos pensar para a frente e garantir o que já foi conquistado. Na verdade, temos um lamentável retrocesso, até porque não se prevê nenhuma garantia para trabalhadores e trabalhadoras que não tenham assistência de sindicatos, que não são sindicalizados ou também eventualmente para sindicatos que não estão devidamente comprometidos e vinculados às aspirações das suas bases.

Para concluir, estão dizendo que a reforma gerará empregos. Isso não é verdade. Sabemos que o que gera emprego, além do crescimento econômico e das políticas que estimulem o

Código do documento: 1201207

desenvolvimento regional, os microempresários, os pequenos e os médios empresários e os empreendedores regionais, potencializando as vocações e os recursos naturais e humanos das diferentes regiões deste continente enorme que é esta grande e querida pátria brasileira, são as políticas sociais de inclusão. Sabemos o que representou o Bolsa Família, o benefício de prestação continuada, as aposentadorias rurais e outras políticas sociais na medida em que puseram dinheiro para os pobres, que se tornaram também parte do mercado consumidor brasileiro. Eles puderam comprar bens e serviços básicos necessários. Ao fazer isso, passaram a aquecer o comércio local e regional. O comércio vendendo mais compra mais da indústria e da agricultura. Isso é o que faz rodar a roda do crescimento, compatibilizando o desenvolvimento econômico com o desenvolvimento social. Hoje temos de incorporar também uma terceira dimensão, que é o desenvolvimento ambiental, o compromisso com nossos recursos naturais, com a biodiversidade e com a vida em suas múltiplas e misteriosas manifestações.

Eles estão desconstituindo as políticas sociais, tirando portanto o poder de compra dos pobres, das classes trabalhadoras. Não há nenhuma política efetiva de desenvolvimento para o Brasil nem um projeto para o País, que, a meu ver, tem de partir das especificidades locais e regionais. Há uma submissão total ao capital internacional. O Brasil só é pensado a partir do dinheiro que vem de fora. Temos de pensar também em nossas potencialidades.

Tenho me lembrado muito de um livro que li em minha juventude, do saudoso grande patriota brasileiro, Barbosa Lima

Sobrinho: *Japão: o capital se faz em casa.* Temos de estimular também a formação de capital no País, por meio dos pequenos e médios empreendedores, da economia solidária, do cooperativismo e de outros caminhos. Isso não tem nada a ver com emprego. Isso é um discurso ideológico dele, da direita, do capital.

Estão dizendo também que isso gerará segurança jurídica. Isso aumentará muito as pendências e as reclamações trabalhistas no Brasil. Mostrarei a vocês o porquê disso. Vejam vocês o que diz o art. 1º, que muda o art. 611 da CLT: a convenção ou acordo coletivo de trabalho tem força de lei quando dispuser sobre: pode parcelar férias em até três vezes; pode acertar jornada de trabalho dentro do limite de 220 horas mensais. Então a pessoa pode trabalhar até 12, 13 horas por dia. Qual será o impacto disso na vida do trabalhador e da trabalhadora e na vida familiar das pessoas que trabalham? Os trabalhadores e as trabalhadoras do Brasil têm direito à vida familiar e comunitária. Eles têm de ter um tempo para o aprimoramento e para a leitura. Imaginem as pessoas nos grandes centros, trabalhando 12 horas por dia e ainda tendo de enfrentar a questão do transporte coletivo.

O mais grave é que ele retira de horas extras as horas *in itinere*, ou seja, o tempo em que você está pelejando no trânsito não pode ser computado como hora extra.

Mencionei aqui três pontos. O que acho mais grave é que a convenção pode prevalecer sobre a lei no que se refere a planos de cargos e salários, e não diz mais nada. Quais são os limites desses planos de cargos e salários? A porta fica aberta para que

esses planos de cargos e salários se constituam instrumento de rebaixamento de salário, de rebaixamento das condições de trabalho e de alargamento das jornadas de trabalho, além de outras questões.

Inciso IX: regulamento empresarial. Isso quer dizer que o trabalhador terá de se submeter às condições de um regulamento empresarial, também sobre o qual a lei nada dispõe. Isso fica em aberto.

Outro ponto muito grave é o inciso XIII, que é poder dispensar o registro de jornada de trabalho. A convenção pode retirar o ponto. Como fará? Como controlar a hora extra? A que horas começa? A que horas termina? Isso é da maior gravidade. Vejam o § 1º, que confirma o que eu disse antes, o retorno ao período anterior: "No exame da convenção ou acordo coletivo, a Justiça do Trabalho analisará preferencialmente a conformidade dos elementos essenciais do negócio jurídico, respeitado o disposto no art. 104 da Lei nº 10.406, de 10/1/2002, Código Civil," - está voltando, ou seja, remetendo as questões de trabalho para o Código Civil - "balizada sua atuação pelo princípio da intervenção mínima". É intervenção mínima do Estado em prol da autonomia da vontade coletiva. Que autonomia da vontade coletiva? Que vontade coletiva é essa, considerando que milhões de trabalhadores e trabalhadoras do Brasil trabalham individualmente, não têm representação sindical, como eu já disse?

Lembro-me de que, nos meus tempos de estudante, na Faculdade de Direito, aprendi - e são até bonitos - os motivos que  
Código do documento: 1201207

os detentores do capital alegavam para não existir o direito do trabalho. Eram dois princípios aparentemente muito bonitos: o princípio da liberdade contratual e o princípio da autonomia da vontade. As pessoas têm uma vontade autônoma. Na relação entre o capital e o trabalho, há uma desigualdade: de um lado, quem tem o emprego a oferecer e que tem a vida bem garantida; do outro lado, a pessoa que só tem a oferecer sua força de trabalho e que precisa levar comida para casa. Essa pessoa vai se submeter às condições impostas pelo empregador. E se não tiver um mínimo? Nenhum de nós é contra contrato coletivo. Passei a minha vida como estudante, advogado trabalhista, professor de direito do trabalho defendendo contrato coletivo, mas ele deve se assentar sobre um patamar mínimo e que garanta os direitos básicos para todas as trabalhadoras e trabalhadores do Brasil. O João Paulo deve aprofundar mais isso.

Vou encerrar. Penso que, neste momento, as pessoas comprometidas com o nosso país, como nós, vocês, que estão sacrificando a manhã de sexta para este encontro; as pessoas comprometidas com as gerações futuras, com as meninas e meninos que estão chegando, que estão vindo, que querem uma pátria livre e soberana, economicamente forte, mas socialmente justa, saudável, acolhedora do ponto de vista ambiental; enfim, nós que desejamos esse Brasil para todos que aqui vivem e que vierem a viver temos que nos colocar de pé. Temos que fazer isso de uma forma democrática, de uma forma cívica, de uma forma não violenta para nos contrapor a esse projeto de desmonte dos direitos sociais e da

Código do documento: 1201207

soberania do Brasil. Isso não é gratuito. Esse golpe foi dado, no Brasil para atender aos interesses do grande capital, do grande capital internacional, do capital financeiro e de seus históricos servidores do Brasil. A agenda que eles estão impondo ao País deixa isso muito claro.

Tenho falado com alguns amigos o seguinte: do que Marx, Rosa Luxemburgo e tantos outros marxistas não conseguiram me convencer plenamente, o governo golpista e ilegítimo está me convencendo, é uma lição atrás da outra. Nunca vi tamanha perversidade, por exemplo, em relação a acúmulo de capital, da concentração de renda e do mais absoluto desprezo não só pelos trabalhadores e trabalhadoras do Brasil, mas também pelos micro, pequenos e médios empresários. Eles ainda não sabem que vão ser devorados por essa crise. O capitalismo tem que ser normatizado, disciplinado. Se se deixa o capital à vontade, não há limites. Então, de tempos em tempos, se inventa uma crise que gera desemprego e possibilita a redução de direitos. Aí vem o discurso ideológico de que, para se garantir emprego, é preciso reduzir direitos. Esse é um ciclo vicioso. Nessas crises do capitalismo, é importante lembrar que os pequenos e médios empresários são devorados pela expansão do grande capital.

Lembro-me de uma época, no Norte de Minas, quando surgiram muitas cooperativas de produção leite. A pecuária leiteira apresentou bom avanço no Norte de Minas com o gado girolando, que é uma beleza, as vacas dão muito leite, são muito rústicas. Pegou a rusticidade do zebu, começou a produzir bastante

leite no Norte de Minas, que tem mais a característica da pecuária de corte. Começaram a surgir cooperativas e pequenas fábricas.

Décadas atrás, a Nestlé foi lá e abraçou tudo. Comprou algumas, quebrou outras, pois a expansão é da lógica do grande capital, assim como o monopólio ou o oligopólio, com cada vez menos grupos cada vez mais poderosos.

É importante lembrarmos que a luta das trabalhadoras e dos trabalhadores é também a luta daqueles que querem o desenvolvimento do País efetivamente voltado para o atendimento das necessidades básicas do nosso povo.

Penso ser este um momento histórico. Um momento difícil, mas o governo golpista também não está encontrando facilidades, está também com dificuldades. E é hora de as esquerdas se unirem, estarem juntas para construir um projeto para o Brasil. Estou convencido de que este projeto precisa ter como referência fundamental a necessidade de disciplinarmos e normatizarmos o capitalismo no Brasil. Com todas as conquistas que tivemos, e foram muitas, nos governos Lula e Dilma, e tenho orgulho de ter sido ministro nos dois governos, é importante reconhecermos que o capitalismo no Brasil continua sendo um capitalismo selvagem. Para domesticarmos o capitalismo no Brasil, além de enfrentarmos essas pretensas reformas desconstituidoras de direitos sociais e da própria soberania nacional, é fundamental pautarmos três reformas, que traduzem, na prática, o princípio social, o princípio da função social da propriedade e das riquezas. Vamos aceitar um pouco, pelo menos na conjuntura que estamos vivendo hoje, o fato

de que a economia de mercado é necessária, a livre iniciativa, o direito de propriedade, mas esses aspectos não podem ser absolutos. É preciso se adequarem às exigências superiores do direito à vida, do bem comum e do interesse público.

Neste momento em que nos colocamos de pé para resistirmos a essas reformas, para denunciarmos e resistirmos à reforma trabalhista, à reforma da previdência, penso ser importante também colocarmos em pauta três reformas básicas para qualquer nação que se pretenda civilizada: a reforma agrária, a reforma urbana e a reforma tributária.

Uma conquista fundamental que devemos colocar em nossos corações e em nossas mentes é a lembrança de que a especulação imobiliária, seja rural, seja urbana, não pode prevalecer sobre o direito à vida, sobre o direito à moradia e sobre o direito das camponesas e camponeses de produzirem alimentos de boa qualidade, sem agrotóxicos, sem venenos, para que possamos, juntos, todos e todas no Brasil, celebrar a vida, a dignidade humana e uma sociedade que anuncie para as gerações vindouras uma pátria livre, soberana, bonita, como queremos e merecemos. Muito obrigado. (- Palmas.)

**O presidente (deputado André Quintão)** - Agradecemos ao deputado federal Patrus Ananias. Convido a Sra. Valéria Morato, presidenta do Sinpro Minas, a integrar a Mesa.

Explicarei a dinâmica desta reunião. Os dois deputados que integram a comissão especial farão a abertura. Depois, haverá uma exposição técnica sobre os principais pontos da reforma. Em

seguida, haverá uma alternância de falas entre representantes das entidades sindicais e parlamentares.

Com alegria, passo a palavra ao deputado federal Leonardo Monteiro. Enquanto o deputado Leonardo se desloca até a tribuna, darei algumas informações. O Coletivo Mineiro de Resistência Alternativa Popular e a Frente Mineira Popular em Defesa da Previdência convidam a todos para o debate O País sob o Risco de Destruição da Previdência Social, com a Sra. Denise Gentil, professora de economia da UFRJ. Será no dia 30, às 19 horas, na Faculdade de Direito da UFMG.

Com a palavra, o deputado federal Leonardo Monteiro, coautor do requerimento que deu origem a este encontro.

**O deputado federal Leonardo Monteiro** - Quero cumprimentar o deputado estadual André Quintão, a quem parablenizo pela coordenação dos nossos trabalhos, na pessoa de quem saúdo o deputado Adalclever Lopes, presidente da Assembleia, que cedeu este Plenário para realizarmos esse fórum de debates sobre a reforma trabalhista. Cumprimento o deputado Patrus Ananias, meu companheiro e colega de bancada, a quem quero dizer da minha alegria, da minha satisfação e do meu orgulho em ser deputado com V. Exa., dividir o espaço da Câmara e estarmos juntos nesse desafio de resistir a essa proposta de reforma trabalhista feita por esse governo ilegítimo, golpista e que traz todas as consequências para a população brasileira, sobretudo para os trabalhadores e trabalhadoras. Quero também cumprimentar a Rosilene, nossa secretária de Trabalho e Desenvolvimento Social; a

deputada Marília Campos; a deputada Geisa Teixeira; a vereadora Cida Falabella; o nosso companheiro Arnaldo Godoy, vereador da nossa capital; o nosso companheiro Pedro Patrus, vereador da nossa capital; o vereador Alex, de Pirapora, que está participando desta sessão; o Dr. João Paulo, que depois fará uma exposição mais técnica ampliando todas as informações que foram apresentadas pelo Patrus Ananias; o Valter Aguiar, vice-presidente da Força Sindical; o Everson de Alcântara Tardeli, diretor sindical da Nova Central Sindical dos Trabalhadores - NCST; a Eliana Brasil Campos, representando a Central Única dos Trabalhadores; o Lincoln Alves Miranda, representando o Sindalemg e a Fenale; o Pedro Mário Ribeiro, representando a Fetaemg; a Contag; a CTB; a Sônia Mara, representando a Via Campesina; e a Valéria Morato, presidente do Sinpro Minas.

Organizei a minha fala - lógico - depois da fala do Patrus, que, pela sua formação como advogado trabalhista, pelo seu compromisso social e pela sua sensibilidade, faria uma exposição ampla, geral sobre a questão não só da reforma trabalhista, mas também da reforma da previdência, da questão da terceirização, ou seja, sobre um conjunto de ações danosas para a sociedade brasileira em geral, sobretudo para a relação capital e trabalho, sobretudo para os trabalhadores e trabalhadoras. Em seguida, o João Paulo fará uma exposição técnica sobre a reforma trabalhista. Entretanto, quero alertar todos os sindicalistas que estão participando, que estão nos assistindo por meio da TV Assembleia e

todos os trabalhadores e trabalhadoras sobre como funciona a Câmara dos Deputados, em Brasília.

Somos 513 deputados e deputadas. Assim como estamos aqui no Plenário da Assembleia, lá temos também um grande plenário - as pessoas que assistem à TV Câmara veem isso -, onde votamos a maioria dos projetos que tramitam pela casa. Entretanto, alguns deles, como o PL da reforma trabalhista, que pode ser terminativo no âmbito da comissão, não precisa ir a plenário. Do ponto de vista regimental, isso é garantido. Na comissão da reforma trabalhista - existe também a comissão da reforma da previdência -, somos 37 deputados somente. Daqui de Minas, pelo PT, somos eu e o Patrus nessa comissão. A reforma da previdência, que todos estão acompanhando, não é PL, é PEC, proposta de emenda à Constituição. A PEC necessita de quórum especial - parece-me que precisa de 308 votos para ser aprovada. E ela é votada no plenário, tem que ir a plenário. No caso da nossa reforma trabalhista, temos o presidente da comissão e o relator do projeto, que fará um relatório. Esse relatório vai ser votado no âmbito da comissão, ou seja, o projeto é terminativo na comissão. Portanto, é uma comissão com 37 deputados - Patrus sabe muito bem disso - da qual participa uma minoria dos deputados. Vocês podem acompanhar pela presença. Na Câmara, é muito difícil porque nem assessor de deputado pode entrar na comissão. Isso tem de ser denunciado, a população precisa saber disso. Qualquer um de vocês sindicalistas não consegue entrar, não assiste à comissão. Aliás, não é possível nem fazer audiência pública como estamos fazendo aqui. Estamos fazendo

aqui um fórum, que foi a forma que eu e Patrus conseguimos para escamotear e fazer este debate em Belo Horizonte. Não é possível fazer audiência pública fora da Câmara dos Deputados. Se este fórum tivesse ocorrido ontem ou anteontem, teríamos o nosso dia cortado. Fizemos hoje, sexta-feira.

O que está acontecendo em relação a todos esses projetos - o Patrus explicou muito bem aqui -, de terceirização, da reforma da previdência é um absurdo. Mas pior ainda é a reforma trabalhista, é mais grave ainda. Temos de alertar sobre isso. Há poucos minutos, quando cheguei, disse à imprensa que me entrevistou que é dever da imprensa da Assembleia, de todos que estão nos acompanhando, sobretudo da classe trabalhadora, dos movimentos sociais denunciar isso. Precisamos fazer um movimento para levar essa discussão da reforma trabalhista para o plenário da Câmara dos Deputados. Do ponto de vista regimental, podemos fazer um requerimento para levar o projeto a plenário, mas sabemos que esse requerimento é decidido pelo presidente da Câmara. E vimos o que o presidente da Câmara, o Sr. Rodrigo Maia, fez nesta semana: toda uma articulação perversa para colocar em pauta um projeto que estava há 18 anos no Senado, o projeto de terceirização, que foi votado. Esse projeto de terceirização era o pior que tinha transitando dentro do Congresso Nacional. Era da época do governo Fernando Henrique Cardoso e nem naquela época foi votado. Passou todo o período dos governos Lula e Dilma engavetado no Senado. Ele foi retirado até porque havia outra proposta que, embora também ruim, era melhor que esta. Colocou-se em pauta a

pior proposta de terceirização - não vou discutir isso aqui porque o Patrus já falou -, que foi votada.

Portanto, vamos apresentar um requerimento no âmbito da comissão. Contudo, se não houver uma articulação política forte dos partidos mais consequentes, dos movimentos sindicais, dos movimentos sociais no sentido de pressionar a Câmara, corre-se o risco de essa votação ser terminativa, como é determinado no âmbito da Comissão Especial da Reforma Trabalhista.

Será uma legislação que pretende desorganizar toda a relação de capital e trabalho e que vai ser danosa para toda a classe trabalhadora.

Queria alertar de novo para a questão do negociado sobre o legislado, e todos os sindicalistas aqui conhecem muito bem isso. Hoje é permitido, mas para mais; agora, pretendem votar, nessa reforma trabalhista, a permissão para menos. Por exemplo, a legislação estabelece o direito a 30 dias de férias, mas, se o sindicato negociar com a empresa que serão apenas 10 dias de férias, serão 10 dias de férias; a legislação estabelece que trabalhem tantas horas por dia, mas se o sindicato negociar que serão 12 ou 14 horas, vão trabalhar. O negociado prevalece sobre o legislado. É um absurdo. Querem retroceder o nosso país à época do Brasil colonial, da escravidão.

Este fórum, então, tem esse objetivo. Pelo menos temos a oportunidade, aqui na capital, no Estado de Minas Gerais, que é o nosso estado, de alertar a população mineira, sobretudo os movimentos sociais e o movimento sindical, do grande risco dessa

discussão da reforma trabalhista lá na Câmara dos Deputados. Precisamos dar um basta nisso, precisamos pressionar a Câmara dos Deputados, o presidente Rodrigo Maia, a comissão, enfim, todos os deputados.

É importante falarmos aqui para a TV Assembleia sobre o que acontece nos rincões de Minas Gerais. É muito comum os vereadores falarem que têm um deputado e que fazem campanha em sua cidade, no interior, para eleger tal deputado. Os prefeitos também falam que seu deputado é fulano de tal. E os deputados também dizem: "Meu prefeito é fulano de tal". Agora, portanto, é hora de a população de Minas Gerais pressionar todos os vereadores a que tiverem acesso: "Onde está o deputado que veio buscar o nosso voto? Queremos agora o voto dele contra a reforma da previdência". É preciso também pressionar os prefeitos. E espero que nossos prefeitos façam o mesmo com relação aos nossos colegas deputados em Brasília. Vamos fazer uma ação de baixo para cima para conseguir uma mobilização suficiente a fim de barrar essa questão da reforma trabalhista.

Quero aqui agradecer a oportunidade mais uma vez e a todos que aqui vieram participar da comissão, além de colocar nosso mandato à disposição. Fizemos um material que está ali fora, na banca; alguns já pegaram. Nele, explicamos, com mais detalhes, algumas questões em relação à reforma trabalhista e a da previdência.

Os pesquisadores, estudantes e profissionais da área do trabalho de Minas Gerais também estão preparando um manifesto,

coletando assinaturas e me solicitaram que pedisse a todos que assinassem. Parece-me que é um manifesto que se pretende encaminhar para a nossa comissão, em Brasília, e para a Câmara dos Deputados, no sentido de pressioná-los a votar contra a reforma trabalhista e a discussão chegar a todos os âmbitos, em vez de ficar apenas no âmbito da comissão da reforma trabalhista. Muito obrigado. Colocamo-nos à disposição. (- Palmas.)

**O presidente (deputado André Quintão)** - O Arnaldo está pedindo, Leonardo, para explicar essa questão do terminativo na comissão.

**O deputado federal Leonardo Monteiro** - Essa é uma questão que a grande maioria não está sabendo. É um absurdo. E falo da grande maioria do movimento sindical. Hoje vou fazer um debate em Timóteo, à tarde, e, por onde já passamos no interior de Minas para fazer o debate, quando falamos disso, as pessoas ficam de boca aberta. O Regimento Interno da Câmara dos Deputados permite que alguns projetos de lei sejam terminativos no âmbito da comissão, como é o caso deste Projeto de Lei nº 6.787/2016. A comissão tem 37 deputados e deputadas, Arnaldo, o que significa que o encaminhamento dado lá é o de que será terminativo na comissão.

Eles falam que podemos recorrer ao plenário. Mas recorrer a um plenário onde quem decide é o presidente Rodrigo Maia é ter a garantia de que ele será terminativo em nome da comissão. Por isso temos que fazer uma mobilização forte. Vejo que

este debate, assim como outros, precisa ser ampliado na Câmara Municipal de Belo Horizonte.

Patrus, a questão da previdência já caiu na nossa consciência e nos nossos corações. Há uma ampla mobilização contrária à reforma da previdência. Estamos vivendo também a questão da reforma trabalhista, que está andando às escuras, na sombra. Na mesma hora em que acontece a discussão na Comissão Especial da Reforma da Previdência, em Brasília, está acontecendo a discussão na Comissão Especial da Reforma Trabalhista.

A grande imprensa está focando a discussão da reforma da previdência, e ninguém está falando da reforma trabalhista, que é tão danosa ou pior do que a reforma da previdência. Se garantirmos alguma coisa na reforma da previdência, poderemos perder essa conquista na reforma trabalhista ou na questão do negociado sobre o legislado, que é o artigo central, inclusive direitos que porventura poderemos garantir na reforma da previdência. Portanto, essa questão de ser terminativo no âmbito da comissão é um grande golpe que está sendo dado na classe trabalhadora. Os movimentos sindicais, os movimentos sociais e a classe trabalhadora têm que saber disso e têm de se mobilizarem, porque pretendem votar isso rapidamente na Câmara dos Deputados, no mês que vem. Talvez em final de março ou durante o mês de abril, votemos tanto a reforma da previdência quanto a reforma trabalhista. Esse é o nosso alerta e queremos nos colocar à disposição. Muito obrigado. (- Palmas.)

**O presidente (deputado André Quintão)** - Obrigado, deputado Leonardo Monteiro. Seguindo a dinâmica prevista pela

Câmara dos Deputados, ouviremos agora o advogado da União e assessor jurídico do deputado Patrus Ananias, Sr. João Paulo de Faria Santos, que fará uma breve exposição sobre os principais pontos do projeto de lei.

**O locutor** - Antes, porém, presidente, permita-me registrar a presença neste encontro do Exmo. Sr. subsecretário do Trabalho e Emprego da Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Social, Antônio Roberto Lambertucci; do Sr. Lindolfo Fernandes de Castro, presidente do Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita Estadual de Minas Gerais - Sindifisco-MG; do representante da coordenação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, Wagner Vieira; de diversos membros da Auditoria Fiscal do Trabalho e do Ministério do Trabalho; e de diretores da Delegacia Sindical do Sinaif em Minas Gerais - Athos de Vasconcelos; Eliana Azevedo e Renato Yoshida.

**O Sr. João Paulo de Faria Santos** - Bom dia a todos e a todas. Eu sou João Paulo, advogado da União, e estou aqui para fazer uma exposição técnica sobre os principais pontos do Projeto de Lei nº 6.787/2016.

Gostaria de agradecer a toda a Mesa a oportunidade, na pessoa dos deputados André Quintão, Patrus Ananias e Leonardo Monteiro, dos demais membros da Mesa e de todos os movimentos sociais aqui presentes.

- Procede-se à exibição de *slides*.

**O Sr. João Paulo de Faria Santos** - A ideia seria começarmos por uma visão geral do projeto de lei. Objetivamente o

projeto de lei modifica duas leis específicas. Primeiramente, ele modifica a Lei nº 6.019/1974, que trata do trabalho temporário. Ele faz três modificações nessa lei.

Infelizmente agora vamos passar muito rapidamente por essas modificações. O PL da terceirização, que foi aprovado esta semana, também representou uma modificação nesse projeto de lei do trabalho temporário. Ou seja, todas essas modificações colocadas na reforma trabalhista pelo projeto de lei da terceirização, aprovado esta semana na Câmara dos deputados, já foram feitas inclusive num patamar mais grave de precarização. Além do trabalho temporário, esse referido projeto também modifica a própria CLT, e esse é o assunto da nossa breve exposição.

A modificação foi feita naqueles cinco artigos ali colocados, além da alteração da multa para a falta de registro de empregado, com um menor valor para as microempresas. Agora as microempresas que não tiverem seus trabalhadores fichados, com carteira assinada terá uma multa diminuída. Além disso, há mais quatro outros pontos que serão analisados um por um aqui, em relação à alteração do regime de tempo parcial, que aumenta o tempo de 25 horas para 30 horas, e em relação à regulamentação do representante dos trabalhadores no local de trabalho, que é o acréscimo do art. 523-A, que vamos analisar com calma. Aliás, o principal ponto da reforma trabalhista, do PL nº 6.787, é o chamado negociado sobre o legislado - art. 611-A -, que é acrescido à CLT. E, por fim, também vamos falar da revogação

específica do art. 634, parágrafo único, que pode ser extremamente danosa para os trabalhadores brasileiros.

No tocante à Lei nº 6.019, conforme já falei, é bom que as pessoas saibam as gravidades que aconteceram esta semana, de forma mais específica. Isso está sendo chamado de a massificação do "bico", que é a ideia de que o trabalho temporário não mais será um trabalho temporário. Hoje um trabalho temporário dura três meses e é eventual, por exemplo, o que é feito em uma loja para cobrir as festas de final de ano e de Natal. É uma força de trabalho adicional e eventual. E agora, de acordo com o PL nº 6.787, em análise, esses três meses seriam transformados em até 240 dias, mas, esta semana, com o projeto de lei da precarização, esse prazo se estendeu para 270 dias, o que significa que um trabalhador temporário no Brasil será um trabalhador de 270 dias de contrato. Obviamente esse trabalhador não será mais um trabalhador temporário, mas simplesmente uma precarização do trabalho. Com isso será muito mais lucrativo para as empresas não ter nenhum trabalhador por prazo indeterminado, ou seja, com condições dignas de um contrato de trabalho. As empresas passarão a ter simplesmente trabalhadores que terão de trabalhar por 270 dias, e, ao final desses 270 dias, eles serão demitidos sem justa causa e sem nenhum tipo de direito ao final do contrato.

A ideia da terceirização já foi aprovada nesta semana, bem como a possibilidade de substituição de trabalhadores de tempo determinado por trabalhadores temporários. Na verdade, como é óbvio, haverá uma redução na renda e na segurança do trabalhador.

Mas o nosso foco não é esse; o nosso foco é a próxima transparência, que é a possibilidade de o PL poder alterar a CLT. Então vamos passar à CLT.

Primeiramente, na CLT aparece a ideia do regime de trabalho parcial, o que é importante também. Eventualmente, se não há como substituir toda a sua força de trabalho pelo trabalho temporário, essa substituição poderá ser feita com trabalhadores a tempo parcial. Outro problema grave é o art. 58-A desse PL, que acaba transformando o trabalho a tempo parcial, ou seja, o sujeito que não trabalha 44 horas terá uma jornada de trabalho de 30 horas. Hoje a jornada do trabalhador a tempo parcial é de 25 horas, no máximo, e agora o projeto de lei quer passá-la de 25 horas para 30 horas, com a possibilidade de mais 6 horas extras, o que significa que o trabalho em regime integral, com salário mínimo e todos os outros direitos, terá um concorrente que é o trabalho a tempo parcial, com três quartos do prazo do trabalho a tempo integral. Então, se formos contar as horas extras, estaremos falando de 90% do tempo. Ou seja, haverá a possibilidade de uma empresa igualmente precarizar o seu trabalho e fazer com que os seus trabalhadores a tempo integral sejam substituídos, se não demitidos. Todos os contratos novos serão feitos a tempo parcial, com menos direitos.

Por exemplo, com férias menores e, principalmente, podendo contratar abaixo do salário mínimo, considerando-se a mesma possibilidade de utilizar essa força de trabalho. São 90% da carga horária de um trabalhador a tempo integral.

Tanto a ideia do trabalho em tempo parcial como a que vimos aqui do trabalho temporário são projetos feitos no Brasil com base em projetos feitos fora do nosso país, principalmente na Itália e na Espanha. Lá também tinham o mesmo discurso de gerar postos de trabalho. É interessante porque, se olharmos para a União Europeia, para esses países, realmente tivemos a criação de 2.100.000 trabalhos em regime parcial, foram criados 2.100.000 postos. Entretanto foram extintos 3.300.000 postos a tempo integral. É muito provável que serão gerados empregos porque haverá demissão em massa dos trabalhadores que hoje têm um contrato a prazo indeterminado e a tempo integral. Esse é o projeto colocado, mas, infelizmente, não acaba aí.

O próximo ponto colocado é o art. 523-A, acrescido pelo projeto de lei, que indica uma regulamentação da Constituição na qual se coloca a ideia dos representantes dos trabalhadores no local de trabalho. A ideia desse representante é colocada nesse projeto de lei de forma muito abstrata, muito indefinida. Ele somente tem poder de negociação coletiva e de conciliação de conflitos. Historicamente, na doutrina do trabalho, observamos sempre esse representante como alguém que terá alguma importância numa cogestão da empresa, entre os empregadores e os trabalhadores. Isso está fora do projeto. Não é colocado nenhum tipo de participação dos trabalhadores e de seus representantes na gestão. Ele simplesmente está lá sem saber se estará numa determinada empresa, em cada uma das filiais ou basta estar em uma, numa empresa que esteja em Belo Horizonte, em São Paulo, em

Manaus, por exemplo. Pode-se ter um representante em Manaus e nenhum aqui.

O limite é de cinco; mesmo em se tratando de uma empresa de milhões de trabalhadores, só terá cinco representantes. O ponto mais importante aqui é que, quanto a esse representante, está claramente identificada no projeto de lei a desnecessidade de sua filiação sindical. Obviamente estamos falando de um sujeito que realizará conciliações de conflitos e, principalmente, o negociado sobre o legislado. Ele não precisará ter participação no sindicato, não precisará estar filiado ao sindicato; é um concorrente sindical na possibilidade dessa negociação. O principal ponto do projeto é o negociado sobre o legislado.

O negociado sobre o legislado está no art. 611-A. Os deputados Patrus e Leonardo, assim como outros, falaram aqui sobre esse ponto, que é fundamental do projeto. *A priori*, como foi dito pelo deputado Patrus, isso já existe no Brasil. É possibilitado hoje pela CLT que se negocie qualquer tipo de direito trabalhista, desde que em prol do trabalhador, quando se quer a proteção do trabalhador. A novidade desse projeto é que o que será negociado pode ser feito abaixo do chamado patamar mínimo civilizatório, abaixo do mínimo da dignidade humana, previsto na Constituição.

Esse projeto se coloca em 13 pontos, alguns já falados aqui, como o regulamento empresarial e outros mais. Só coloquei alguns que são mais sensíveis e deixam claro que a intenção do projeto de lei é fazer com que os trabalhadores tenham menos direitos, podendo negociar esses direitos com os empregadores.

Quais seriam eles? Já foi colocada a ideia da jornada de trabalho maior. Hoje temos uma jornada definida em 8 horas por dia, 44 horas por semana e 220 horas por mês. A ideia é que o limite da negociação seja simplesmente 220 horas por mês. Além disso, qualquer limite seria válido.

O intervalo de almoço passa a ser menor. Ele pode ser negociado para ser diminuído de uma hora para 30 minutos. As férias podem ser parceladas e o pagamento dessas férias pode ser feito pelo empregador simplesmente ao fim da última parcela. A participação dos lucros também será parcelada, e podem ser postergados ainda mais os empregos que a fazem. O não pagamento de horas *in itinere*. Isso foi colocado aqui também, que é aquela jornada entre a casa e o trabalho. Geralmente no meio rural essa jornada entre a casa e o trabalho é remunerada, contada como jornada de trabalho. Pode não ser mais, caso o negociado entre os empregadores e os empregados gerem essa possibilidade.

Há o teletrabalho em condições desfavoráveis. Por fim, há a ideia do fim do registro de ponto.

Quanto ao último aspecto inserido aqui, não precisamos nem falar em relação aos princípios, pois vamos voltar nisso para entender o que significa colocar o trabalho abaixo do patamar civilizatório mínimo, do princípio da dignidade da pessoa humana.

O último ponto é a revogação do art. 634, parágrafo único, que talvez seja um ponto pouco falado, mas que pode ter consequências muito gravosas em relação à vida do trabalhador brasileiro.

Descriminalização do trabalho escravo. Qual seria a ideia? O art. 634, parágrafo único, da CLT, é o que está escrito sem o riscado, ou seja, aplicação de multa trabalhista não exime o infrator de responsabilidade em que incorrer por infração das leis penais. A revogação desse artigo faz com que a retirada do "não"... E se coloca: "A aplicação da multa eximirá o infrator de responsabilidade na esfera penal". Qualquer eventualidade de uma infração trabalhista na qual se responda também criminalmente vai ser vista como o que chamamos no direito de *bis in idem*, ou seja, uma dupla condenação ilegal, até mesmo, por exemplo, quando falamos de reduzir o trabalhador a condições análogas à escravidão. Essa é uma bandeira histórica da bancada ruralista no Congresso. O sujeito que faz esse tipo de conduta vai receber uma multa tendo em vista a Justiça do Trabalho, mas estará isento de responder criminalmente por isso.

Por fim, como a gente consegue entender esse projeto, tentando fazer uma concepção geral das injuridicidades, inconstitucionalidades e violações dos tratados internacionais, ele é essa lista extensa que tentei colocar para vocês. Todos os princípios fundamentais do direito do trabalho são atacados e violados por esse projeto de lei. Se você olhar, está colocado ali a ideia da continuidade na fonte de emprego; da inalterabilidade contratual lesiva - o princípio protetivo, que é a base do direito do trabalho, por isso o direito do trabalho não é direito civil, há uma diferença jurídica e econômica entre as partes; o princípio da irresponsabilidade de direitos, como colocamos; do patamar Código do documento: 1201207

civilizatório mínimo; da autonomia sindical - quando falamos do representante no local do trabalho que vai concorrer com o sindicato; e da equivalência dos contratos coletivos. Não há mais equivalência, simplesmente haverá um representante tratando dessas eventuais negociações coletivas.

Por outro lado, também está sendo dito que esse projeto de lei contraria a Constituição Federal, tanto no art. 1º quanto no art. 170, que insere a ideia da dignidade da pessoa humana na ordem econômica. E também, principalmente, o art. 7º, *caput*, da Constituição Federal, que é extremamente claro, dizendo que qualquer novo direito, qualquer nova lei, qualquer nova negociação na esfera do direito do trabalho deve melhorar as condições dos trabalhadores e não diminuí-las.

Aliás, na Comissão da Reforma Trabalhista, a gente já teve a oportunidade de ouvir uma série de juizes do trabalho, uma série de ministros do TST, que foram unânimes - unânimes não, porque também ouvimos o Ives Gandra, mas tirando o Ives Gandra, a grande maioria desses magistrados foram unânimes - em dizer que a questão do negociado sobre o legislado vai enfrentar, posteriormente a uma eventual aprovação do projeto, o embate judicial, não só em relação à Constituição, mas também aos tratados internacionais, tanto no âmbito das Nações Unidas - o deputado Patrus já falou da Declaração Universal dos Direitos Humanos - quanto ao Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Culturais e Sociais; no âmbito da Organização dos Estados Americanos - o Brasil é signatário do Protocolo de San

Código do documento: 1201207

Salvador, que fala das condições mínimas e justas para o trabalhador -; no âmbito do Mercosul, na chamada Declaração Sociolaboral do Mercosul; e, por fim, no âmbito da Organização Internacional do Trabalho. Ele fere uma série de convenções da OIT, principalmente a 135 e a 154, que fala do enfraquecimento dos sindicatos. A OIT foi criada em 1919 para tentar, de alguma forma, enfrentar a questão do direito do trabalho, a questão das guerras e da insegurança mundial daquele período.

Uma das questões para se criar a OIT em 1919 foi basicamente a ideia de que a proteção ao trabalhador criaria a paz. Aliás, isso volta depois da Segunda Guerra, porque a Liga das Nações não consegue efetivar isso. Depois, também volta na Organização das Nações Unidas a mesma ideia. Aí, esse projeto de lei, basicamente, como foi dito aqui, talvez tente voltar para antes da própria Nações Unidas, da nossa Constituição e da formação da OIT. Por isso não é mera semelhança o fato de vermos um *slogan* do governo federal muito parecido com esse aqui embaixo, escrito em alemão, falando que o trabalho liberta o homem. Esse *slogan* estava escrito na frente da entrada do campo de concentração de trabalhos forçados de Auschwitz, na Polônia. Muito obrigado. (- Palmas.)

**O presidente (deputado André Quintão)** - Agradeço ao João Paulo e peço-lhe que disponibilize a sua apresentação para a Assembleia Legislativa. Durante a sua exposição, várias pessoas pediram a sua apresentação. Então, peço a você que a deixe nesta Casa, pois ela será de utilidade a fim de expandirmos essa

corrente, aliás, de informação sobre os danos dessa proposta ao trabalhador.

Lembro, mais uma vez, que esta reunião está sendo transmitida ao vivo pela TV Assembleia para todo o Estado de Minas Gerais. Neste momento, conforme acertado com a assessoria de Brasília, passaremos, de maneira alternada e por ordem alfabética, a ouvir o pronunciamento das representações da Mesa e, posteriormente, ouviremos o plenário. Iniciaremos com a deputada Geisa Teixeira. Em função do atraso do início e da importância do tema, pedimos que as pessoas sejam breves.

**A deputada Geisa Teixeira** - Gostaria de cumprimentar o deputado André Quintão, representante do deputado Adalclever Lopes, presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais; o deputado federal Patrus Ananias, que tão bem fez a sua explanação e é membro da Comissão Especial do PL nº 6.787/2016, que trata da reforma trabalhista na Câmara dos Deputados; o deputado federal Leonardo Monteiro, também membro da Comissão Especial desse PL; a deputada estadual Marília Campos, minha companheira e amiga; o Sr. Lincoln Alves Miranda, representante do Sindalemg e da Fenale; o Sr. Pedro Mário Ribeiro, representante da Fetaemg e da Contag, que fez essa bela explanação; o Sr. Valter Aguiar, vice-presidente da Força Sindical de Minas Gerais; a Sra. Eliana Brasil Campos, representante da CUT; o Sr. Everson de Alcântara Tardeli, diretor de Direitos Humanos da NCST; a Sra. Rosilene Cristina Rocha, secretária de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social; a vereadora Cida Falabella, de Belo

Horizonte; o vereador Pedro Patrus, de Belo Horizonte; o vereador Arnaldo Godoy, de Belo Horizonte; a Sra. Sônia Mara, representando a Via Campesina; a Sra. Valéria Morato, presidente do Sinpro Minas; e o Sr. João Paulo de Faria Santos, advogado da União e assessor jurídico do deputado federal Patrus Ananias.

Serei basante breve. Quero cumprimentar todos e todas que estão conosco neste momento e também os telespectadores da TV Assembleia. Senhoras e senhores, estamos vivendo momentos de imensa dificuldade no País com esse governo que aí está. Primeiro, tivemos a PEC nº 55, que já foi aprovada. Como bem disse o deputado federal Patrus Ananias, essa PEC do teto dos gastos, na verdade, diminui os investimentos do Estado em assistência social, saúde e educação. Essa é realmente uma proposta do Estado mínimo. Tivemos a reforma do ensino médio e estamos em curso com uma reforma da Previdência, que, na verdade, não é uma reforma, mas um verdadeiro desmonte da nossa Previdência Social. Nós, mulheres, seremos muito mais atingidas, porque igualar a idade e o tempo de trabalho de 49 anos de contribuição e uma idade mínima de 55 anos é desumano.

Sabemos que as mulheres detêm uma força de trabalho e cumprem uma jornada tripla, pois têm de, muitas vezes, cuidar dos filhos e da casa e ainda trabalhar fora.

Os trabalhadores e trabalhadoras rurais, basicamente, não contarão mais com um sistema previdenciário. Este é um momento difícil. É o momento de nos organizarmos com as forças sindicais

para levar à população o que de fato está acontecendo e quais são os pontos dessa reforma da previdência.

Agora, concomitantemente, ocorre a reforma trabalhista, que é um verdadeiro desmonte do nosso sistema. Como bem disseram, prevalece o negociado sobre o legislado. Novamente, os nossos trabalhadores e trabalhadoras, homens e mulheres, verão esse direito conquistado a duras penas em nosso regime de trabalho encolhido, passando a ser quase inexistente. Como os homens e as mulheres necessitam do trabalho, quem oferta o trabalho, na verdade, poderá fazer a sua negociação, que, obviamente, será aceita, e haverá um maior número de horas trabalhadas, acarretando mais acidentes de trabalho. É preciso que todos nós estejamos mobilizados para levar o que realmente está acontecendo à população.

Em 2015, o Brasil saiu do mapa da fome e da miséria, segundo a ONU. Diante de tantas medidas que este governo tem tomado, como ficará o nosso país? Será que realmente teremos um índice de pobreza tão grande novamente? A curto e a médio prazos, veremos o estrago lastimável que será feito em nosso país com os nossos trabalhadores e trabalhadoras. Esta não é de fato a nossa pátria mãe gentil. É preciso, sim, unir as nossas forças, para sermos a voz que levará a todas as pessoas o que de fato representa esse grande desmonte de direitos duramente conquistados pelos trabalhadores ao longo da nossa história. Muito obrigada a todos e a todas. (- Palmas.)

**O presidente (deputado André Quintão)** - Muito obrigado, deputada Geisa Teixeira. Com a palavra, a Sra. Eliana Brasil Campos, do Sindicato dos Bancários, representando a Central Única dos Trabalhadores.

**A Sra. Eliana Brasil Campos** - Boa tarde a todas e a todos. Nessa questão protocolar, sou um pouco ruim. Então, cumprimento o deputado André Quintão, agradecendo-lhe o convite para participar da Mesa. Para cumprimentar todas as mulheres, cumprimento a deputada Marília Campos, que também foi presidenta do Sindicato dos Bancários em um tempo em que não se pensava que uma mulher pudesse ocupar um espaço sindical, quanto mais uma presidência. Tenho na Marília uma referência de força e de luta. Toda vez em que fico um pouquinho para baixo, penso em você, Marília. Isso é verdade.

Costumo dizer que aprendemos cada dia mais. Digo a todos os trabalhadores e todas as trabalhadoras que temos de, neste momento, aprender. Acho que já vi de tudo, mas isso me faz questionar como a direita consegue ter tanta maldade no coração. Quando pensamos que sabemos o que essa reforma trabalhista significa, vem esta última explanação - e agradeço ao advogado do deputado Patrus - e deixa claro que a caixinha de maldade ainda é muito pior do que poderíamos imaginar.

Participo de mesa de negociação e anotei algumas coisas que considero piores nesse projeto. Existe a questão da representação no local de trabalho. A pessoa não precisa ser sindicalizada. Que compromisso ela tem com os trabalhadores? Pode

ser alguém que tenha compromisso com a empresa. Outra questão que nos chama a atenção é institucionalizar a negociação por empresa. Eu faço parte da categoria bancária e falo que tenho grande orgulho de participar das negociações. São mais de 180 bancos, de 180 empresas que participam de uma única mesa. Com isso, conseguimos uma unidade nacional, uma força muito grande. Imaginem trabalhadores lutando contra um gigante sobre o qual estamos comentando todo o tempo, que é o poder econômico. Temos resultados fabulosos por quê? Porque não temos segmentação. A negociação não passa por um banco ou outro como já aconteceu no passado. No passado, as negociações eram por bancos, por estados. São Paulo era sempre mais forte e ganhava mais do que um estado do Norte do País. Conseguimos acabar com isso, conseguimos unificar a categoria. Mas esse projeto derruba tudo isso que foi conquistado.

Por fim, o que temos de melhor, que são as convenções coletivas, ficarão acima da lei, como já foi tão bem dito aqui, o que significa que poderiam ir contra o que temos estipulado na CLT. Só faço um convite a quem nos vê: continue debatendo, estudando, participando de fóruns de debate, porque hoje, aqui, aprendi que a maldade que está vindo é muito grande. Não podemos ficar parados. Temos de reagir. Obrigada.

**O presidente (deputado André Quintão)** - Obrigado, Eliana. Parabéns pelo trabalho à frente do sindicato. Com a palavra, a deputada estadual Marília Campos.

**A deputada Marília Campos** - Bom dia. Não vou manter a formalidade de cumprimentar todos e todas, mas acho importante

pelo menos dizer do carinho que temos pelos deputados federais presentes, que são protagonistas do nosso encontro. Na pessoa do André Quintão, que preside os trabalhos da Mesa, cumprimento todos que a compõem e também a vocês que vieram participar e os telespectadores da TV Assembleia.

Se passar a reforma da previdência, se passar a reforma trabalhista, se passar de fato o projeto de terceirização... Porque me parece que ele não está completamente acertado. Hoje vi pelos jornais que o presidente do Senado tomou a iniciativa de colocar o projeto de terceirização de 2015, que parece ser menos pior do que o aprovado. A verdade é que todos são ruins, todos fazem parte de um saco de maldades, mas essa discussão, acredito, não está finalizada, tendo em vista a iniciativa do Senado Federal em relação à proposta de terceirização.

Mas fico pensando: se tudo isso passar, o que será dos nossos idosos? Hoje, nossos idosos têm a proteção do benefício de prestação continuada, têm o benefício do salário-mínimo, têm o benefício da aposentadoria, das pensões, e eles ou querem dificultar a aposentadoria, ou querem eliminar esse direito de se aposentar, ou querem reduzir o valor. E, quando falo em reduzir o valor, é porque na reforma da previdência querem, por exemplo, cortar pela metade o direito das pensionistas e dos pensionistas. Em vez de um pensionista receber integralmente, passaria a receber 50%, mais 10% por dependente. Também querem, na reforma da previdência, tirar a proteção daqueles que se aposentam por invalidez, da pessoa que é deficiente. A reforma trabalhista e

esse projeto de terceirização, que é um primeiro passo, também caminha nessa perspectiva.

Se a reforma da previdência traz o desamparo àqueles que se aposentam, àqueles que têm aposentadoria por invalidez, a reforma trabalhista também traz o desamparo para os trabalhadores, porque tira toda e qualquer proteção da legislação trabalhista que temos acumulado depois de muitas lutas em nosso país.

Depois do golpe, depois do afastamento injusto sofrido pela presidenta Dilma por aquela Câmara de Deputados e pelo Senado Federal, o que temos hoje é um Estado que quer se implantar com uma nova face: a face do desamparo para os trabalhadores, sejam eles da ativa, sejam eles aposentados.

Queria dizer a vocês que já foi muito explanado aqui o que querem fazer. Temos de discutir o que precisamos fazer. Acho que é isso que está colocado para nós.

Particularmente, deputados Leonardo e Patrus, não acho que devemos tirar a centralidade da reforma da previdência. Há muita mobilização popular e sindical em torno da reforma da previdência, mas eles têm uma estratégia que já foi apresentada: dividir. A reforma da previdência seria para todos. Todos teriam direitos suprimidos para viabilizar a reforma da previdência. Agora disseram que vão retirar da reforma o funcionalismo público estadual e municipal. Agora querem retirar os trabalhadores rurais da reforma da previdência. Assim, a reforma seria implantada para alguns trabalhadores, alguns beneficiários, que certamente serão a maioria. Então não podemos também baixar a guarda. Até porque a

reforma trabalhista e o projeto de terceirização têm interface com a reforma da previdência, porque não só os trabalhadores que trabalham ficarão desprotegidos. Sabemos que a precarização do trabalho, a desregulamentação do trabalho, a perda de rendimentos provocam uma perda de arrecadação na previdência social, e isso enfraquece a previdência social, diminuindo sua arrecadação. Portanto, fragiliza a previdência social para cumprir com as suas políticas, com os seus benefícios.

Embora sejam duas reformas, parece-me que o governo trabalha com uma estratégia casada ora com uma, ora com a outra.

Então, agora vamos desviar um pouco a atenção da reforma da previdência e vamos com o projeto de terceirização, vamos com o projeto da reforma trabalhista, aproveitando que os trabalhadores não estão muito mobilizados. Mas a CUT já marcou a greve para o dia 31, conforme li nos jornais, e é nisto que temos de apostar: no processo de mobilização, de organização dos trabalhadores e trabalhadoras do nosso país, para fazermos o enfrentamento porque os deputados federais e as deputadas federais, os senadores e as senadoras foram eleitos não para votar contra os direitos do povo, não para votar contra os direitos da mulher, mas estão lá cassando os nossos direitos.

O que devemos fazer, além dos debates internos nas nossas assembleias sindicais? Temos que ir para os bairros de periferia, temos que ir para as praças públicas e ocupá-las, ocupar as grandes concentrações, seja com o boletim, seja com nossos megafones, seja com os nossos carros de som. E chamar a

população brasileira para defender os direitos que conquistamos a duras penas no nosso país. Eles querem enterrar a memória de Getúlio Vargas. Eles querem enterrar a CLT. Eles querem acabar com a previdência social. Eles querem desamparar a população brasileira. Eu, particularmente, como deputada, estou parecendo uma sindicalista das ruas. Vou para a porta das fábricas, vou para os bairros. No sábado, estarei em Ribeirão das Neves. E não faço isso só na minha cidade: aqui, em Belo Horizonte, estou na Praça Sete com carro de som, voltando às velhas épocas da rádio-peão, como fazíamos quando éramos presidente de sindicato. E não é porque sou deputada que não vou para as praças. Estou nas praças porque acho que esse é o local onde devemos estar hoje. Aqui no Parlamento temos muita coisa para fazer? Temos. Constituímos uma comissão extraordinária contra a reforma da previdência, vamos fazer o debate em BH, mas também o faremos em todo o interior. Vamos levar essa mobilização para o interior de Minas Gerais.

Estou vendo ali o Sávio Bones, que pediu para justificar sua ausência, deputados Patrus e Leonardo; o Celinho do Sinttrocel é o presidente da Comissão de Trabalho na Assembleia Legislativa, e, certamente, o mesmo processo que fizemos em relação à reforma da previdência faremos em relação à reforma trabalhista. Por quê? Precisamos aprovar moções aqui, precisamos fazer o debate, precisamos garantir que o mesmo processo de mobilização que fizemos e estamos fazendo em relação à reforma da previdência também seja feito em relação a esse desmonte dos direitos trabalhistas no nosso país.

Meus amigos e minhas amigas, companheiros e companheiras de luta, temos muito a perder se essa reforma passar. Certamente perderão mais as mulheres, certamente perderão mais os mais pobres, certamente perderão as mulheres e os homens negros mais pobres. E nós, que defendemos um País com mais justiça social, um país com mais igualdade, teremos que trabalhar muito para transformar todo esse sentimento de desmonte e de indignação que nos afeta. Parece que querem voltar ao tempo da escravidão no nosso país. Assim, temos que voltar para as ruas e começar um processo de pressão em cima dos deputados - começar não, aprofundar. Se essa terceirização passou, passou apertado, com uma diferença de 40 votos. Talvez não tenhamos nos empenhado tanto no processo de mobilização. O que precisamos fazer é pressionar, falar com a grande maioria dos deputados e deputadas que estão lá, falar para aqueles senadores que terão aqui, em Minas Gerais, um adversário para fazer campanha contra eles. Não é só não votar, não.

Nós faremos campanha contra todos aqueles que votarem contra os direitos do povo, seja na reforma da previdência, seja na reforma trabalhista, seja nesse projeto da terceirização.

Portanto eu me dirijo a vocês para dizer do nosso compromisso, como deputada estadual, de defender os direitos do povo, os direitos da população, os direitos das mulheres, os direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras do campo e da cidade, para que continuemos firmes, intensificando a nossa luta por um Brasil melhor. Muito obrigada.

**O presidente (deputado André Quintão) - Obrigado.**

Informo que a TV Câmara, da Câmara dos Deputados, em acordo com a TV Assembleia, está transmitindo ao vivo também para todo o País, além da transmissão pela Rádio Assembleia.

Com a palavra, Everson de Alcântara Tardeli, diretor de Direitos Humanos da Nova Central Sindical dos Trabalhadores.

**O Sr. Everson de Alcântara Tardeli** - Bom dia a todos e a todas. Gostaria de cumprimentá-los e cumprimentá-las na pessoa da deputada Geisa Teixeira, primeiramente, por ela ser mulher e também por ser minha conterrânea sul-mineira. Sou do Sul de Minas também. Talvez minha fala seja um pouco distinta da dos outros oradores. Quero fazer uma discussão breve. Tenho muitos papéis aqui, mas é pouca coisa em cada folha.

Sobre a chamada reforma trabalhista, primeiro há que se questionar se, de fato, estamos tratando de uma reforma ou de uma destruição dos direitos trabalhistas. Quando se fala em reforma, pensa-se em transformar o velho em novo, em mais bonito, em melhor para todos, porém, ao que me parece, não é isso que está acontecendo, e sim a destruição do que foi construído ao longo dos anos. Agora, se se trata de uma reforma, ela não é uma reforma trabalhista, mas uma reforma capitalista. Esse é o termo real.

Vou colocar alguns números relativos à atividade sindical, afinal de contas tudo que foi falado e está expresso nessa suposta reforma trabalhista é uma regulação geral e legal do subemprego, da informalidade, da rotatividade, do desemprego sem seguro desemprego, do trabalho escravo, do excesso de jornada, da

prática antissindical, do assédio moral, do adoecimento, do acidente, morte e mutilação no mundo do trabalho, da insegurança jurídica, do fim da fiscalização e proteção social dos direitos e do ambiente de trabalho, da violação ampla dos direitos sociais, humanos, previdenciários, civis, ambientais, sanitários e penais. Tudo isso está contido nessas medidas, especificamente na reforma trabalhista, mas também no conjunto de medidas previdenciárias e de terceirização; enfim, o que estamos vivenciando é um grande ataque a tudo que foi construído. Como muito bem disse o deputado Patrus, é o retorno ao início do século retrasado.

Para termos uma ideia desse conjunto de medidas e com quem estamos lidando, vou dar um apanhado geral do que pensa quem está propondo essas reformas. O relator da reforma trabalhista diz que "o maior presente que a gente dá ao trabalhador brasileiro é permitir que ele se mantenha no emprego". O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, diz que "a Justiça do Trabalho não deveria nem existir". O presidente do TST, Ives Gandra, pede a reforma trabalhista "para o Brasil não virar uma Venezuela". O ministro do Trabalho recorre ao TST para não divulgar a lista do trabalho escravo. A pedido de Temer, Ives Gandra suspende a lista suja do trabalho escravo. O fim do imposto sindical pode entrar na reforma trabalhista, e o argumento é que isso aumentaria a representatividade sindical - é o que vamos ver em breve.

Decisão de Gilmar Mendes sobre os acordos coletivos é vista como ameaça aos direitos. Aqui, eles estão falando do fim da ultratividade, no ano passado, nos acordos coletivos.

Segundo o Banco de Desenvolvimento Internacional - Bird

-, se esse conjunto de reformas passar, o Brasil terá até 3,6 milhões de novos pobres em 2017. Como o sindicalismo sobrevive e se mantém dentro de todo esse conjunto de medidas? Os números aqui são interessantes. Muitos propagam que o sindicalismo e a CLT são retrógrados, ultrapassados e que existe um sindicalismo de cadeira, ou seja, ele recebe a contribuição, mas não existe uma ação sindical efetiva. Abro um parêntese para dizer que quem viu as mobilizações do dia 15 não pode concordar com isso de forma alguma. Para termos a ideia, citarei alguns números. Com relação à taxa de sindicalização, muito se fala que, no Brasil, ela é muito baixa, pois a estrutura sindical é arcaica. Pois bem, no País, essa taxa é 16,9% dos trabalhadores das categorias; na Espanha, é 16,9%; na Austrália, 17%; na Alemanha, onde dizem haver o maior sindicalismo mundial, é 17,7%; e, no Japão, 17,8%, ou seja, o Brasil tem uma taxa de sindicalização muito próxima à dos países mais desenvolvidos do mundo, portanto não é argumento dizer que não há participação do trabalhador no movimento sindical.

Para se ter uma ideia da atuação sindical, falarei da quantidade de instrumentos coletivos, entre acordos e convenções coletivas, depositados no sistema mediador. Acordo coletivo de trabalho, convenção coletiva de trabalho, termos aditivos de acordos e convenções coletivas de trabalho nos anos de 2012, 2013 e 2014. Em 2012, foram 48.043 instrumentos coletivos; em 2013, 49.267; e, em 2014, 49.886, ou seja, tem aumentado o número de negociações e atividades sindicais em nível nacional. Esses são

números de um trabalho feito pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria - CNTI -, que pesquisou todas as federações e sindicatos filiados. Em média, os sindicatos celebram 7 negociações coletivas por ano, e as federações, 17.

Entidades que ajuizaram dissídios coletivos. Das 467 entidades sindicais pesquisadas pela CNTI, 93 ajuizaram dissídios coletivos e 370 não ajuizaram, elas celebraram acordos e convenções coletivas por meio da negociação coletiva.

Entidades que prestam serviço a trabalhadores não filiados, além dos 17% que são filiados. Das 467 entidades pesquisadas, 364 oferecem trabalho jurídico e outros benefícios aos trabalhadores não sindicalizados e apenas 103 não lhes oferecem nada. Dizer esses números pode ser um pouco chato, mas isso é necessário para termos uma dimensão da atuação sindical em números hoje no País, uma vez que eles a criticam tanto, querem acabar com a contribuição sindical e implantar a pluralidade sindical, que, no meu entendimento, já está implantada.

Agora, vamos ter uma ideia dos valores da contribuição sindical, do quanto há de dinheiro chamado público, já que dizem que a contribuição sindical é dinheiro público. Isso é importante para termos uma dimensão de quanto dinheiro é distribuído para os partidos, os políticos e as entidades sindicais.

Fundo partidário: 35 partidos recebem uma média anual de R\$23.200.000,00. Políticos - deputados e senadores: são 594 beneficiados, que recebem uma média anual de R\$1.818.000,00. Entidades sindicais de trabalhadores: são 11.533 entidades que

recebem em média R\$217.000,00. É isso que querem cortar, esses R\$217.000,00 e não os R\$23.000.000,00 do fundo partidário nem os R\$2.000.000,00 dos políticos, com o objetivo único de enfraquecer as entidades sindicais.

Com relação ao fato de a CLT ser arcaica, de 1943 para cá, dos 625 artigos existentes, apenas 278 não foram revogados por leis posteriores. A CLT é moderníssima. A CLT foi atualizada ano a ano com novas leis. Foram editadas 5.241 leis e normas que regem a vida do cidadão brasileiro.

Valor do salário mínimo. O grande argumento da reforma trabalhista é que a CLT e os direitos dos trabalhadores engessam o patrão, são muito caros para o patrão. Pois bem. Vamos fazer uma comparação com alguns países. O valor do salário mínimo por hora trabalhada: na Austrália, é US\$9,54; Luxemburgo, US\$9,24; Bélgica, US\$8,57; Irlanda, US\$8,46; França, US\$8,24; Nova Zelândia, US\$7,55; Alemanha: US\$7,19; Canadá e Reino Unido, US\$7,06; Estados Unidos, US\$6,26; Japão, US\$5,52; Espanha, US\$5,37; e no Brasil, US\$1,12. E dizem que a nossa mão de obra é cara.

A prevalência do negociado sobre o legislado já existe no Japão. Há uma síndrome chamada de *karoshi*, que diz respeito aos suicídios e adoecimentos no trabalho. Tem um pesquisador japonês, presidente da Sociedade Japonesa de Pesquisa, em *karoshi*, que diz que uma das principais causas dessa realidade são as leis trabalhistas japonesas. Elas permitem que empresas e sindicatos negociem horário de trabalho para além do limite legal de oito horas por dia, justamente uma das mudanças que o governo Temer

quer implementar no Brasil. Em entrevista ao *Repórter Brasil*, ele diz que, se o governo brasileiro fizer reformas que permitam jornadas prolongadas, as horas extraordinárias serão em breve mais longas e as mortes por excesso de trabalho aumentarão, como ocorreu no Japão. Para o pesquisador, em vez de o Brasil seguir o exemplo japonês - o que está acontecendo - o Japão é que deveria adotar parâmetros previstos na lei brasileira: jornada regular de oito horas, acrescida no máximo de duas horas extras por dia.

São esses os números. Temos um anúncio a respeito do Projeto de Lei nº 385, do senador Sérgio Petecão, que já está propondo a extinção da contribuição sindical. Todos esses ataques que estão ocorrendo, como disse o Patrus Ananias, esse retorno para o final do século XIX, início do século XX, é o que está sendo proposto pelo capital para os trabalhadores brasileiros.

Se é isto o que querem, um retorno ao início do século, nós, sindicalistas, também teremos de retornar ao início do século. Se querem anarquia do capital, terão a anarquia do sindicalismo. Se querem o retorno ao início do século, também vamos retornar à nossa atividade sindical do início do século. Vamos partir para a quebra de máquinas, para a sabotagem e fazer o enfrentamento que for necessário para que isso não aconteça neste país. Muito obrigado. (- Palmas.)

**O presidente (deputado André Quintão)** - Agradeço ao Everson. Gostaria de agradecer a presença, até o presente momento, à secretária de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social, Rosilene Cristina Rocha, que terá de se ausentar para participar

da assinatura de um convênio na Prefeitura de Belo Horizonte. A próxima a falar será a vereador Cida Falabella. Peço aos próximos oradores mais celeridade, em função do tempo, apesar de o assunto ser complexo e de todos terem grande contribuição para dar. Gostaria que as falas fossem mais breves.

Com a palavra, a vereadora Cida Falabella. Obrigado pela presença.

**A Sra. Cida Falabella** - Boa tarde a todos e a todas. Não vim preparada para falar porque sou uma parlamentar em aprendizagem. Sou uma mulher da cultura e do teatro, e o que me trouxe à Câmara Municipal de Belo Horizonte, junto à Áurea Carolina, a vereadora mais votada de Belo Horizonte, num projeto coletivo, de um mandato aberto, foi o golpe. O golpe que golpeou todos nós no ano passado, sobretudo a cultura, que foi desmontada com o primeiro ato do presidente Temer, que é muito simbólico, de acabar com o Ministério da Cultura. Isso diz muito da profundidade desse golpe. É um golpe na nossa alma, na alma do povo brasileiro. Foi por isso que escolhi estar no referido lugar, e posso dizer que me vejo como uma mulher em transição. Não sei se vou ficar lá para sempre, mas, neste momento, isso é necessário.

Gostaria de cumprimentar o deputado André Quintão, que preside esta audiência, e também os demais companheiros da Mesa, sem citar os nomes. Entretanto, faço menção especial ao Patrus, o nosso prefeito mais querido da cidade, que fez uma diferença enorme quando propôs, no seu governo, uma inversão de prioridades, e também por fazer da cultura um dos principais vieses do seu

trabalho. Ele foi fundamental para esta cidade, e precisamos recuperar isso.

Pode parecer absurdo, num debate sobre reforma trabalhista e sobre reforma da previdência, falarmos de cultura, mas não é absurdo porque tudo passa pela cultura. Precisamos voltar a fazer um grande do-in cultural neste país, como propôs o ministro Gilberto Gil, no primeiro governo Lula, para fazer frente a esse golpe, que, na verdade, é uma sucessão de golpes, o desmonte de um país, de uma nação que mal começou a se compreender como parte de um processo civilizatório completamente violento. Logo que começamos a construir uma resposta para esse processo, fomos golpeados profundamente.

Gostaria muito de cumprimentar as minhas companheiras de Mesa, as mulheres, porque acredito numa democracia feminista. Quando formos pelo menos metade nas casas legislativas, haverá outra visão de país. Acredito numa política feita com mais afeto e com mais solidariedade. Esse golpe não esconde a sua face misógina, machista, e isso abala profundamente as mulheres. Na verdade, essa reforma e esse desmonte do Estado vai afetar sobretudo os nossos corpos, os corpos das mulheres indígenas, das mulheres quilombolas e das mulheres negras periféricas. É muito triste ver tudo isso, e concordo muito com a companheira Marília. Também gostaria de destacar a deputada Geisa, e, na pessoa dela, falo da alegria de ter essas mulheres companheiras na Mesa. Realmente precisamos ocupar os lugares, as praças e as ruas, todos os lugares possíveis para poder denunciar esse golpe, esse

Código do documento: 1201207

desmante. Precisamos resistir e resistir. Não podemos ficar só na reação, mas nos reinventar. Além do mais, é um golpe triste que deixa todos tristes.

Resumindo, não podemos acabar com a nossa alegria, com a possibilidade de ter alguma alegria e esperança, senão estaremos aniquilados.

Conclamo todas e todos a persistir na alegria. Apesar de o golpe ser tão violento, devemos nos manter felizes e esperançosos, porque assim poderemos derrotar o que está aí. Muito obrigada.

**O presidente (deputado André Quintão)** - Obrigado, vereadora Cida. Pedirei a deferência dos sindicalistas Pedro, Valter e Lincoln, porque a Sônia e a Valéria têm compromisso agora, às 13 horas. Então vou alterar a ordem alfabética e convidar a Sônia Mara, representando a Via Campesina, para se pronunciar e, depois, será a Valéria. Em seguida, retomaremos a ordem normal.

**A Sra. Sônia Mara Maranhão** - Bom dia. É bom dia porque ainda não almoçamos; depois do almoço é boa tarde. Bom dia aos companheiros e companheiras aqui presentes, aos deputados, aos vereadores e vereadoras e à Mesa.

Acho que os dados do desmante da lei trabalhista, da reforma já foram colocados. Só queria fazer um adendo para dizer que esse processo que estamos vivendo é o resultado e a contradição de um sistema capitalista e imperialista que está em crise, que precisa se reorganizar e se reposicionar no mundo. Mais

precisamente hoje, no planeta Terra, explora-se cada vez mais a força de trabalho dos trabalhadores. Nesse sentido, busca-se isso de forma desesperada, e estamos sentindo todas as tentativas de desmonte.

Não é reforma, porque reforma fazemos quando queremos arrumar uma coisa, e não destruir. A não ser que construamos uma coisa melhor em cima, não destruimos algo à toa. Não destruimos se não for para construir uma coisa melhor. Não agimos para deixar pior o que havia. O sistema capitalista, como a companheira Eliana falou, não tem coração, tem conta bancária onde o lucro é a essência de seu processo de existência. Então não tem processo mais corrupto ou ilegítimo que o sistema capitalista em si, porque alguns trabalhadores, em duas horas de trabalho, pagam seus salários do mês inteiro. Podemos falar isso quanto a qualquer empresa capitalista colocada hoje no mercado de trabalho.

Há uma busca desesperada de tirar, primeiro, os direitos historicamente conquistados pela classe trabalhadora, principalmente o direito das mulheres. Temos de ficar muito vigilantes. Nossos direitos não estão conquistados para sempre. Quando é para tirar direitos, primeiro tiram das mulheres, das negras e das trabalhadoras; depois tiram dos demais trabalhadores. Então não há garantia. Nas guerras, quando se passa fome, as mulheres são as que mais sofrem. É uma tentativa de tirar até mesmo os nossos recursos de base natural, de alta lucratividade. Como exemplo, citamos a Petrobras. Neste momento está havendo uma tentativa de saquear, de desmoralizar, junto à retirada de

Código do documento: 1201207

direitos, as nossas empresas brasileiras, para que as chinesas e as estado-unidenses sejam as que ficarão no comando do processo da indústria no mundo. Temos de tomar muito cuidado e nos prepararmos para este momento.

A terceirização é privatização, é precarização, é diminuição do nosso salário, da nossa aposentadoria. É o desmonte da nossa democracia brasileira, que ainda é muito jovem.

No próximo período, a nossa luta vai precisar ser muito concisa, para defender a nossa soberania nacional, as nossas empresas nacionais e a nossa produção. Nesse sentido, o golpe no Brasil veio para consolidar um golpe na América Latina, pois ele não ocorreu só no Brasil - aqui no Brasil, o golpe foi um dos últimos. O dia 15 já deu uma demonstração de que mudou a conjuntura no Brasil, com o ascenso da luta das massas.

O desmonte da previdência é uma contradição do sistema em golpe, e caiu no colo dos trabalhadores, dos sindicatos e dos movimentos sociais a oportunidade de unificar a nossa luta e de construir outro projeto. Esse desmonte pega os nossos meninos e os que estão se aposentando hoje. Então é uma contradição que precisamos organizar e, com isso, acumular forças para disputar um projeto para o Brasil.

Estão colocadas as eleições de 2018, mas vamos precisar mudar um pouco e nos colocarmos na conjuntura. Precisamos pensar um projeto desde baixo, com os trabalhadores, caso contrário elegeremos o presidente e perderemos muito tempo. E vamos perder também, pois vai-se negociar com grandes empresas transnacionais.

Hoje parece-me que 69 empresas transnacionais detêm a mesma riqueza de meio mundo ou de 3,5 bilhões de trabalhadores no mundo. Então, precisamos acumular forças e construir um projeto que, de fato, defenda e garanta o direito dos trabalhadores, pois todos os direitos que temos hoje foram em função de muita luta, de muito derramamento de sangue e de muita resistência que temos de valorizar.

O dia 31 já está agendado e vai ser um grande dia de luta para demonstrar a força que tem o povo brasileiro. Os coxinhas também já estão se organizando para domingo, porque está colocado que a disputa está nas ruas hoje. Acho que precisamos ajudar a organizar, a formar e que as ruas sejam um processo permanente de organização. É disso que precisamos. Acho que essa tarefa está sendo colocada para nós, como classe trabalhadora. Talvez ainda não tenhamos visto na nossa vida um momento tão decisivo para garantir o futuro dos nossos filhos e também da classe trabalhadora. Pátria livre, venceremos. (- Palmas.)

**O presidente (deputado André Quintão)** - Muito obrigado, Sônia. Passo a palavra à Valéria Morato, presidente da Sinpro Minas.

**A Sra. Valéria Morato** - Bom dia a todos e todas. Quero cumprimentar a Mesa e agradecer a oportunidade de estar aqui discutindo essa questão. Penso que a nossa obrigação neste momento é tentar dialogar ao máximo e aproveitar todos os espaços que nos são cedidos, uma vez que a mídia não faz isso. A grande mídia tem

feito o papel de desinformar a população e esconder o que, na realidade, está acontecendo.

Em um breve retrospecto, só para fazermos um alinhavo, quero lembrar o motivo do *impeachment* e da retirada de uma mulher eleita para um posto de representatividade, como o de presidente da República. O objetivo do *impeachment* era a ruptura democrática deste país.

Nesse sentido, veio o golpe. E o golpe, na minha avaliação, tem alguns objetivos: foi um golpe na política externa deste país que estava crescendo e tendo um protagonismo na política externa; um golpe na política econômica - vejam vocês o ataque a Petrobras, à questão da nossa produção naval e agora o ataque à política exportadora no fato da operação Carne Fraca; e um ataque à política social no que diz respeito a esses desmontes da previdência, trabalhista.

Na verdade, ele não é um desmonte da política ou das regras trabalhistas que temos até hoje e regem os trabalhadores brasileiros. Essas regras precisam ser sim ampliadas para o bem do trabalhador, e não para o bem do capital, como foi dito pelo nosso colega. Essa reforma trabalhista nada mais é que uma reforma sindical. Houve o desenterrar daquele projeto pelo deputado Rodrigo Maia, na quinta-feira. Na quarta-feira, o Brasil saiu às ruas contra a reforma da previdência. Na quinta-feira, ele desengavetou ou, na verdade, desenterrou um projeto de 1998, um projeto da época do Fernando Henrique, que tinha sido guardado nos

12 anos, 13 anos do governo popular eleito e que estava em nossa defesa.

Precisamos começar a chamar a atenção e fazer essa diferenciação, porque agora querem colocar nas nossas costas esse governo que está aí, dizendo que ele foi vice. Elegemos um projeto. O que está sendo implementado perdeu nas urnas, por isso o Brasil foi golpeado. Na quinta-feira, ele o desenterrou e o aprovou a toque de caixa, sitiando a Câmara Federal. Isso também foi denunciado aqui. Ou seja, não deixaram que os trabalhadores entrassem e se manifestassem naquele espaço que é nosso. Todos aqueles estão lá porque votamos neles.

Essa reforma é um desmonte da organização dos trabalhadores, é um desmonte dos direitos que nós conquistamos com várias lutas e sangue no País. Penso que agora temos um golpe na soberania nacional para desmontar o Estado e entregá-lo ao grande capital estrangeiro, de forma sucateada. Nós, trabalhadores e trabalhadoras, seremos como escravos. A partir da votação do projeto da terceirização, tivemos o início da volta da senzala. Se nos unirmos neste momento - e há ainda a possibilidade de retirada, de derrubada desse projeto, como disse a deputada Marília Campos -, poderemos reverter esse quadro.

Para finalizar, conclamo a classe trabalhadora. Precisamos estar unidos neste momento, mais do que nunca. Precisamos denunciar e resistir a esse governo ilegítimo, a esse governo sem voto, que tem dado poder a homens de reputação duvidosa ou sob suspeita de corrupção, homens que possuem

processos de investigação em andamento adiantado. Ou seja, ele não tem moral para estar onde está e retirar os direitos que conquistamos a duras penas e com muita luta e suor, em um espaço democrático do País. Precisamos ir às ruas. Precisamos dialogar com os nossos pares nas nossas casas e em todos os espaços que nos forem possíveis, para que possamos derrubar esse governo. Queremos um governo que seja legitimado pelo voto e defenda os direitos dos trabalhadores. Muito obrigada. (- Palmas.)

**O presidente (deputado André Quintão)** - Muito obrigado. Com a palavra, o vereador Pedro Patrus, de Belo Horizonte. Depois do vereador Pedro Patrus, ouviremos o Lincoln, o Pedro Márcio e o Valter.

**O Sr. Pedro Patrus** - Boa tarde a todos e a todas. Eu também serei breve, pois são 1h05min da tarde e todos nós devemos almoçar em algum momento. Quero primeiro cumprimentar a Mesa na pessoa da representante da CUT. Além de representante da CUT, a Eliana Brasil é presidente do Sindicato dos Bancários de Belo Horizonte e Região Metropolitana e uma guerreira. Estão também presentes outros companheiros desse sindicato que é importante e fundamental na luta.

A deputada Marília Campos também teve a oportunidade de ser presidenta desse importante sindicato. Parabéns aos deputados federais Leonardo Monteiro e Patrus Ananias e a Assembleia Legislativa por este encontro. Na minha opinião, este encontro era necessário e urgente.

Ontem, quando esperava para assistir ao jogo da seleção, que não é do Galo, mas a seleção de verde e amarelo, assisti a um pedaço do *Jornal Nacional*, que insistia em dizer que a terceirização seria boa para os trabalhadores. Esse jornal insiste em dizer que a reforma da previdência será boa para os trabalhadores e para as trabalhadoras brasileiras. Lutar contra a grande mídia e as famílias que dominam a mídia brasileira e contra essa direita organizada não será tarefa fácil. Os deputados Leonardo Monteiro e Patrus falaram sobre essa dificuldade que teremos. Gente, se os sindicatos, as pessoas presentes e as pessoas do nosso convívio não fizerem chegar ao trabalhador e à trabalhadora brasileira o que realmente acontecerá com essas reformas e com esses projetos que estão em Brasília, não conseguiremos nos mobilizar e, aí, teremos de ir para as ruas. Todos aqui falaram da importância de irmos para as ruas e de fazermos essa disputa. Agora é um por um, senão a nossa luta será cada vez mais difícil.

Penso que é necessária a mobilização, a conversa no bar, na igreja e no nosso convívio do dia a dia para explicarmos o que realmente está acontecendo em nosso País, que é esse golpe que não acabou, pois ainda está em curso, já que a cada dia aparece algo novo. Mobilizamo-nos diante da reforma da previdência, fomos para as ruas e, de repente, votam a terceirização. Ficamos sabendo hoje, pelo deputado, da dificuldade da comissão e o que está acontecendo em Brasília, pois a comissão não realiza audiência pública, e a decisão é terminativa. As pessoas têm de saber disso.

A população, o trabalhador e a trabalhadora já entenderam o tanto que a reforma da previdência é ruim, mas essa outra reforma, que representa a destruição das leis trabalhistas, ainda não entrou na cabeça dos trabalhadores. Essa é a missão de cada uma e de cada um que está aqui hoje. Então, gente, é rua, é disputa, pois não será fácil. Muito obrigado. Boa tarde. (- Palmas.)

**O presidente (deputado André Quintão)** - Muito obrigado, vereador Pedro Patrus. Com a palavra, o Sr. Lincoln Alves Miranda, representando o Sindpúblicos, Sindalemg e Fenale.

**O Sr. Lincoln Alves Miranda** - Boa tarde a todos. Cumprimento as mulheres da Mesa e presto uma homenagem especial às mulheres deste País, lutadoras e bravas. Faço aqui um chamamento público, para que todos os presentes se mobilizem. O trabalhador não sabe o que lhe espera.

A partir de agora, com a votação anteontem da terceirização, haverá trabalhadores de segunda categoria. Por quê? Hoje o período de experiência é de 90 dias. A partir da aprovação, será de 270 dias. Haverá trabalhadores lutando para serem trabalhadores. Eles serão dispensados quando faltar um dia para completar os 270, terão de entrar novamente na cadeia produtiva e trabalhar mais até conseguirem um emprego um pouco melhor.

O lucro é o que as empresas querem. O capital só trabalha para o capital. Se não nos preocuparmos com nossos filhos e idosos estaremos lascados. É um verdadeiro atentado ao mundo do trabalho. Temos de perceber e difundir isso em nossa sociedade.

Peço a todos que de qualquer forma - redes sociais, amigos - tentem esclarecer o que nos espera. Muito obrigado, boa tarde.

**O presidente (deputado André Quintão)** - Muito obrigado, Lincoln. Com a palavra, o Sr. Pedro Mário Ribeiro, representando a Contag, a CTB e a Fetaemg.

**O Sr. Pedro Mário Ribeiro** - Boa tarde a todos. Tentarei ser breve. Neste momento, abro mão das formalidades em respeito a quem nos acompanha pela TV. Agradeço especialmente aos companheiros dos sindicatos presentes.

Tenho 60 anos e nunca na minha vida ouvi falar que se aumentam postos de trabalho permitindo o aumento da jornada. Ou eu estou doido ou lá estão doidos. Essa é a realidade. Sou do campo. Nosso ponto de vista é de onde estou. O trabalhador rural de safra nunca vai sair do contrato de experiência. Vai acabar. Ele começa e termina a safra no contrato de experiência. A situação é crítica em geral e, no campo, vai pesar ainda mais.

Essa é uma decisão brilhante para os trabalhadores, mas só quem não sabe disso são os trabalhadores. Eles não enxergam assim. Eles enxergam essa decisão como perversa. Empregadores estão contentes. A Rede Globo, como acabou de citar o meu xará, está achando ótimo. Então, só quem não sabe disso são os trabalhadores. Só falta dizer que essa tomada de decisão gera emprego. O maior absurdo do mundo! Se não der resultado, se não gerar emprego - e vamos jogar todos esses direitos para um lado, para um canto, vamos quebrar tudo -, com quem vamos tratar depois? Com o Ministério do Trabalho? Vão acabar com o Ministério do

Trabalho porque gera emprego? E se não der certo? Como já disse o presidente do Congresso, depois, o que vamos fazer? Vamos acabar com a Justiça do Trabalho, porque ela não tem mais sentido e, acabando com ela, gera-se emprego. E se não der certo? Vamos acabar com os trabalhadores.

No rumo que vamos, talvez este seja o caminho: criar uma subcategoria que não seja de trabalhadores para dizer que agora há emprego, porque colocaram uma subcategoria lá embaixo. Temos de negar chamar isso de reforma. Temos de ter essa atitude.

A cada crise, este governo olha para os trabalhadores como se eles fossem culpados de tudo.

Neste momento, circula nas redes sociais que há trabalho degradante em Minas, inclusive no Sul de Minas, minha região. É capaz de este governo dizer que o culpado do trabalho degradante é o trabalhador. Existe trabalho degradante porque o Estado não cumpriu o seu dever. Agora que tudo ficará muito mais complicado, muito mais perigoso, vamos esperar que o Estado cumpra o seu dever? A CLT é arcaica, mas ainda existe trabalho degradante. A CLT é uma coisa do passado, mas no campo ainda existe muita coisa acontecendo fora dessa CLT que dizem ser arcaica, pois muito dela não foi posto em prática.

O desafio está lançado: que abramos os nossos olhos, pois o próximo passo será enfraquecer o movimento sindical, enfraquecer a sociedade organizada, porque é desse campo que ainda hão de sair e vão sair mais políticos respeitados e que realmente

defendam os trabalhadores. Por isso, querem o desmonte do movimento sindical.

O desafio está feito: que as centrais sindicais, e aqui também represento uma, passem, a partir deste momento, a entender que cada vez mais a disputa capital e trabalho está dada, está definida, está jogada, e precisamos ir para dentro desse jogo. Agora precisamos ir para dentro desse jogo e cumprir o nosso papel. Precisamos ir para as ruas, precisamos ir para o enfrentamento, ou vão passar por cima de nós.

Que vençam os trabalhadores. (- Palmas.)

**O presidente (deputado André Quintão)** - Muito obrigado, Pedro, representando a Contag, a CTB e a Fetaemg.

Convido o Sr. Valter Aguiar, vice-presidente metropolitano da Força Sindical, a fazer uso da palavra.

**O Sr. Valter Aguiar** - Boa tarde a todos. Na pessoa do deputado André Quintão, presidente, cumprimento todos da Mesa. Cumprimento também o público que está em casa, porque, apesar de estarmos aqui desde cedo, esse recado tem de ir para o público que está nos acompanhando agora, parece-me que ainda em rede nacional. É por esse público que viemos em todos os fóruns, em todas as reuniões, porque precisamos abrir, de uma vez por todas, os olhos da sociedade, pois o que está acontecendo é um crime em todas as esferas: contra o trabalhador, contra o aposentado, contra os que estão para se aposentar, contra a dona de casa e contra o trabalhador do campo. O trabalhador do campo fica muito longe dos

órgãos que controlam e que fiscalizam se ele está sendo bem tratado.

Imaginem vocês que uma parte dessa proposta é justamente retirar esse controle. É acabar com os sindicatos, que, querendo ou não, ainda têm a sua interferência; querendo ou não, vão lá no posto de trabalho e verificam quando a legislação está sendo cumprida. Esse recado tem de chegar à sociedade. Esse recado tem de chegar a todo trabalhador, pois não é só a reforma da previdência que está sendo prejudicial a ele. A reforma trabalhista, como estamos debatendo em nosso fórum, não gera somente impacto, ela é um rolo compressor. Passa em cima de todos os trabalhadores. Passa em cima de todos nós. Isso, sim, é muito grave. Isso, sim, é muito sério.

Nosso Congresso atual, com raras exceções, está sendo prejudicial a todos nós. Há um tempo ouvi uma expressão, não me lembro bem, mas a repito mudando um pouquinho: hoje temos aloprados no Congresso, pois tudo que eles fazem demonstra que acordaram, pegaram o livrinho diabólico deles e escolheram a maldade que farão hoje. Parece que é assim, não é? Mas não é, não.

Isso foi orquestrado desde o início, isso foi preparado desde o início, quando houve uma mudança de governo. Por todos os efeitos, por todas as decisões que quiseram tomar, houve uma mudança de governo que mudou a pauta. Hoje temos uma pauta empresarial, uma pauta capitalista com um discurso bonito. Quando assistimos ao *Jornal Nacional*, o discurso é tão bonito que até dá vontade de chorar. Nossa, precisa mesmo haver a mudança na

legislação trabalhista, ela engessa o patrão. Mas, junto com isso, também tira a autonomia do sindicato? Junto com isso precariza um fiscal do trabalho? Diversas vezes estivemos juntos em reuniões, quando disseram que estão faltando fiscais do trabalho. Que engessamento é esse? Já há muitas formas de o empresário ganhar dinheiro, mas ainda querem tirar mais em cima de nós. Esse debate, esse fórum que se abre hoje para debater o impacto sobre o trabalhador deve se repetir. É muito séria a denúncia que o deputado traz de que, feito na comissão, isso já está em caráter terminativo. Isso é muito sério. Realmente esse é o recado que eu, particularmente, levo para a nossa central, para a Força Sindical MG, para replicarmos isso em todos os meios de comunicação que temos, dizendo que precisamos pressionar os 37 - se não me engano - componentes da comissão. É em cima deles que temos de ir, porque são 37, se não estou enganado em relação ao número. Temos de pegar todos eles. Dois deles já têm um compromisso com o trabalhador. Assim já fica mais fácil. Já temos dois que seguem junto com o trabalhador. Mas ainda há muitos que temos de levar para lá. Sabemos que as negociações com este governo não são fáceis, eles têm o Congresso na mão. As negociações de cargos, que tanto foram criticadas, é o que eles mais fazem.

A estratégia desse governo para conseguir aprovar suas medidas é uma das melhores. Usaram o PL que foi aprovado agora como bode fedorento. Já era ruim o PL nº 4.330, mas aprovaram um pior para negociarmos o PL nº 4.330 e para os sindicalistas, os movimentos sindicais e a sociedade pensarem: "Ufa, esse presidente

vai ser bonzinho. Melhorou um pouquinho para nós". Não, não podemos ficar sendo enganados, principalmente os sindicalistas, que estão acostumados com mesas de negociação. Não tem de ter nenhum bode fedorento na sala, não, para colocá-lo e depois tirá-lo, e a situação ficar mais ou menos. Temos de nos manter vigilantes. Temos de nos manter unidos. Não há discussão política. Não há tendência política. É juntar todos os trabalhadores, como fizemos na última manifestação, organizar as próximas, as próximas e as próximas.

Quando um dos companheiros que me antecedeu falou que temos de usar todos os espaços - igrejas, bares, campos de futebol - para debater, realmente é isso que temos de fazer. Temos de fazer isso dentro da nossa família. Temos de fazer isso em todos os lugares em que houver duas ou mais pessoas, porque, a partir do momento em que nós, formadores de opinião, trabalhadores, líderes, tivermos oportunidade, temos de dizer: Ei, você aí, acorde porque a corda vai arrebentar é para o nosso lado. E aí me dói saber desse tanto de perversidade que está sendo posta e está na iminência de ser aprovada, que as pessoas estão muito desamparadas. Isso me dói muito.

Vamos lembrar do Vale do Rio Doce, que é a minha região, onde sabemos que há trabalhadores rurais, trabalhadores de pequenas fábricas que não contam com seu sindicato presente, que não contam com uma fiscalização intensa, que estão vivendo em condições sub-humanas, que sabemos que existem. Sabemos que essa é uma região que já foi muito esfacelada por todos os crimes

ambientais e políticos e por todas as devassas que eles podem trazer. Isso foi feito no Vale do Rio Doce, no Jequitinhonha e em todos os rincões de Minas. Sabemos que lá há todos esses problemas. E me dói saber que, apesar de já ser difícil ajudar, de já ser difícil acompanhar esse trabalhador, esse homem do campo, esse pequeno funcionário de indústria, esse comerciante, ainda querem tirar mais. E para tudo isso a estratégia posta é a seguinte: "A primeira coisa é que temos de tirar ou enfraquecer quem pode impedir o nosso projeto, que são os movimentos sindicais, os sindicatos e a sociedade civil organizada".

A estratégia de enfraquecimento de quem está lá, dos aloprados, tem funcionado. Mas todos nós, de mãos dadas e juntos, podemos quebrar a corrente deles e começar a nossa. Esse é o recado que deixo para vocês. Conclamamos todos para a luta. Muito obrigado. (- Palmas.)

**O presidente (deputado André Quintão)** - Muito obrigado, Valter Aguiar. Do ponto de vista das representações sindicais, percebemos que todas as centrais sindicais se manifestaram, inclusive com seus representantes em Plenário também, os parlamentares municipais, estaduais e federais presentes. Então pergunto ao Plenário se alguém gostaria de fazer alguma colocação ou tirar alguma dúvida, antes de encerrarmos esta reunião. Por se tratar de evento público, a palavra está franqueada para quem desejar usá-la. Renato Barros, por favor, companheiro do Sind-Saúde. Peço a todos que se identifiquem porque a reunião está sendo transmitida ao vivo.

**O Sr. Renato Barros** - Boa tarde a todos e a todas.

Cumprimento a Mesa. Fiquei acompanhando as exposições e vi a gravidade do momento que estamos vivendo aqui neste país. Permaneci também para fazer uma chamada.

Estamos assistindo ao desmonte do Estado brasileiro, de um Congresso que não tem a legitimidade nem a legalidade de mexer nas cláusulas pétreas da nossa Constituição. Nesse sentido, vejo que o momento é de atender à chamada feita pela CUT e pelas centrais sindicais de ir às ruas no dia 31. A discussão que temos de fazer é na rua, chamando a sociedade para debater.

Nós, do setor da saúde, estamos bastante preocupados. Assistimos à fala do presidente golpista Temer dizendo que retirou os servidores públicos estaduais e municipais da reforma da previdência, tentando enganar a população. Sabemos que, no art. 40, está o tripé federal, estadual e municipal. Aqui não existem bobos. Portanto, é necessário que a gente mantenha a nossa mobilização para nos fortalecer e não permitir que esses fatos venham a acontecer. A apresentação feita pelos deputados federais Patrus e Monteiro, lá de Valadares, demonstram a gravidade da reforma, que é o desmonte da nova CLT. Inadmissível o que está ocorrendo.

Nesse sentido, quero reafirmar e colocar a necessidade de que estejamos, no dia 31, todos os trabalhadores e a sociedade civil organizada, na rua para fazer a cobrança e dizer "não" a este governo golpista do Temer. Muito obrigado.

**O presidente** - Muito obrigado, Renato. Parabéns pela sua luta. Com a palavra, Lindolfo.

**O Sr. Lindolfo Fernandes** - Boa tarde a todos e a todas. É interessante que nós, como sindicalistas, temos o mesmo diagnóstico: a coisa está ruim, a dificuldade está no fazer a mobilização, mas estamos vendo que, aos poucos, estamos vencendo isso. Temos duas tarefas: uma é desmistificar e tentar desconstruir o discurso do senso comum, de que trabalhador e previdência são o problema do Brasil. A outra tarefa é a mobilização.

Sobre a questão da desconstrução do senso comum, é importante analisarmos o real problema. Temos um problema que é o modelo econômico perverso. Esse é o grande problema que temos neste país. Essa política econômica de inflação por meta e câmbio flutuante já saturou, está causando o desemprego que está aí. Temos 13 milhões de desempregados, número maior que a população de Portugal.

E o desemprego, como diz o ditado, é a dor que fere a alma; o desemprego fere a dignidade, fere a alma; é o mais triste que existe dentro de uma sociedade.

Aí, queria colocar algumas questões. Por exemplo, além da reforma trabalhista, deve haver outra: a tributária. Ela está sendo desenhada e não virá na linha de atender os trabalhadores. Temos um dos sistemas tributários mais injustos do mundo: é regressivo, indireto, e o pobre paga mais. Esse é um fator de exclusão. Essa reforma tributária também está sendo desenhada meio

às pressas. Segundo o deputado que está cuidando da matéria, o relator, isso não dá desgaste. Não dá desgaste porque as pessoas não estão correndo atrás disso, portanto precisamos acordar para ela, pois não vão tributar as grandes fortunas, o patrimônio e a renda nem reverter esse sistema regressivo existente. Precisamos acordar para isso.

Encerrando, queria lhes dar os parabéns e fazer coro com o Renato: não há outro caminho, temos que nos mobilizar, ir para as ruas para pressionar e reverter essas decisões que estão tirando o direito dos trabalhadores. (- Palmas.)

**O presidente (deputado André Quintão)** - Muito obrigado, Lindolfo. Parabéns. Agora o senhor vai falar. Depois, teremos o Marcos, o nosso companheiro e outro. Peço ao pessoal que anotem seus nomes para eu anunciar.

**O Sr. Geraldo Arsênio da Silva** - Boa tarde a todos e a todas. Na pessoa do deputado Patrus Ananias, cumprimento toda a Mesa. Sou o Geraldo, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pompéu. Estamos vendo que o retrocesso que está havendo no País e que começou no ano passado já está prejudicando muito os municípios. O desemprego só está aumentando. Estamos com dificuldade para conseguir recursos para as políticas públicas nos municípios. Em Pompéu, há cinco assentamentos de reforma agrária que precisam de políticas públicas, e, com essa seca que está aí, é necessário haver projetos para levar água para esses assentamentos, a fim de que seus trabalhadores tenham uma vida mais digna.

Quero dizer-lhes que me coloco à disposição. Recebemos um convite da Fetaemg para esta audiência pública e nos mobilizamos; não conseguimos vir com muitas pessoas, mas trouxemos quatro companheiros. Temos ido às manifestações. Seria bom continuarmos com as transições que aconteceram no País de 2003 para cá, mas tudo que começou a melhorar agora está retrocedendo com esse golpe. Sabemos que o Temer e o PSDB são mesmo golpistas, inventaram isso. As coisas vinham dando certo e estão piorando. Vivemos em um País neoliberal, em que o trabalhador não tem vez. Os empresários querem saber quantos reais podem ganhar a mais, mesmo que seja à custa da miséria dos outros. Coloco-me à disposição para fazer o que for possível para ajudar, pois, senão, retrocederemos à década de 1980, quando o salário de um trabalhador rural aposentado era meio salário mínimo, assim como o dos pensionistas. Desde aquela época, lutamos para melhorar isso, mas está ficando pior. Desculpem-me. Muito obrigado. (- Palmas.)

**O presidente** - Com a palavra, Marcos Vinícius, da Fetaemg do Jequitinhonha.

**O Sr. Marcos Vinícius Dias Nunes** - Bom dia. Como ainda não almoçamos, é bom dia. Na pessoa do deputado André Quintão, nosso deputado estadual, queria cumprimentar a todos da Mesa, o Patrus, o Leonardo e o nosso Pedro, da Fetaemg.

Meu nome é Marcos e sou atualmente diretor de Política Agrícola e Cooperativismo da Fetaemg. Sou de Jordânia, do Vale do Jequitinhonha. Queria dizer que, na conjuntura em que vivemos hoje, a situação é muito pior do que muitos trabalhadores e a

Código do documento: 1201207

sociedade imaginam: há a terceirização, a reforma trabalhista e a reforma previdenciária. O País está no desmonte, com esse governo golpista.

Quero aproveitar esse momento em que muitas pessoas estão acompanhando essa reunião para dizer que a sociedade precisa se mobilizar. Nossos sindicatos, entidades, os movimentos sociais têm colocado isso e tentado ir para a rua. Não vai adiantar, não vamos conseguir reverter isso se não fizermos uma mobilização e não formos para a rua. Mas, mais importante do que isso é que a sociedade tenha conhecimento de quem está no Congresso hoje. No ano que vem, teremos eleições e precisamos colocar o nome e a foto desses golpistas nas redes sociais, na televisão para mostrar quem está votando agora contra os trabalhadores. Esperamos que no ano que vem eles não cheguem ao Congresso. Por isso é importante que as pessoas estejam acompanhando e comecem a divulgar e a mostrar para todos, através de mensagens, de mobilizações, mandando *e-mail* para os seus deputados. Em quem votamos nas últimas eleições? Nossos parlamentares estão defendendo nossos direitos? Então, com essas palavras, quero encerrar minha fala, parabenizando a todos pelo debate. É importante que cada um faça sua parte para que tenhamos um resultado conjunto. (- Palmas.)

**O presidente (deputado André Quintão)** - Gostaria de passar a palavra para Sérgio Leôncio, do Sindicato dos Metroviários.

**O Sr. Sérgio Leôncio** - Bom dia a todos. Queria, antes de tudo, parabenizar a Mesa. Leonardo, foi muito bacana nossa ida a

Brasília nessa semana. Tivemos a sorte de conseguir entrar em plenário e assistir a alguns depoimentos. Trouxemos o depoimento do deputado Patrus Ananias para debater no nosso sindicato, o que foi de uma enorme valia.

Para nós isso está sendo orquestrado. Foi o golpe em cima da presidente Dilma, tivemos o golpe do Ministro Gilmar Mendes com a questão da ultra-atividade, que começa a tirar direitos dos trabalhadores, conquistados em lutas de anos e anos. Ele os retira de uma forma monocrática. Vem a terceirização, tudo isso contra a classe trabalhadora. Além do mais, há um presidente da Câmara que fala que não precisamos ter uma Justiça do Trabalho no nosso país. Nós, trabalhadores, estamos sendo penalizados. Nós, trabalhadores metroviários de Belo Horizonte, fizemos uma manifestação no dia 15 e a própria Justiça nos notificou nos dando uma multa de R\$250.000,00, o que corresponde a seis meses de contribuição. Estão querendo acabar conosco. Mas o Sindicato dos Metroviários, juntamente com a CUT Minas e todas as centrais não vamos deixar isso acontecer. Vamos para a rua buscar os direitos de todas as classes trabalhadoras. Parabéns a vocês e contem com o Sindicato dos Metroviários. (- Palmas.)

**O presidente** - Muito obrigado, Sérgio Leôncio. Com a palavra o último inscrito, José Luiz da Anunciação, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Urucânia.

**O Sr. José Luiz da Anunciação** - Boa tarde a todos. Sinto-me triste por estar aqui pelo momento, mas sinto-me honrado por estar aqui como presidente do sindicato defendendo a classe

trabalhadora, o trabalhador rural. Fui criado na zona rural onde meu pai trabalhava de forma escrava, enquanto existia dia. Muitas vezes ele aproveitava, inclusive, a lua para trabalhar. Eu morava em uma casa barreada de pau a pique, de que poucos aqui devem se lembrar. Dormíamos em cama de bambu, com forro de palha de milho.

Não vemos mais casas de sapé, casas de barro, que guardavam escorpião e outros bichos. Outra coisa importante diz respeito à mulher. Sou presidente de sindicato, e digo que a mulher com 55 anos já não está aguentando mais comprovar a sua atividade rural. Como fará aos 65 anos? Além de tudo, também precisará contribuir. O benefício da Loas ainda será só com 70 anos, mas, com 70 anos, o marido dela já estará aposentado. Ela não terá direito ao Loas, nem a nada. Isso significa que a mulher rural nunca vai se aposentar.

Ouvi tudo o que os deputados disseram e fiquei preocupado, mas, por outro lado, vi que temos uma saída porque contamos com deputados e senadores que defendem a classe trabalhadora. Contamos com deputados, senadores, centrais sindicais, federações e sindicatos, e, unidos com o povo das ruas, somos muito mais do que esses canalhas que estão lá e que parecem que não têm mãe, irmão e esposa. Se convivessem com uma mulher, saberiam da dupla jornada de trabalho da mulher e não fariam isso com quem gera a vida. A mulher é a força da nossa nação e do nosso país.

É importante estarmos aqui, mas o principal é sairmos às ruas e pararmos o País. Essa meia dúzia que está lá não poderá

vencer o País. Já houve presidentes cassados, já houve *impeachment* de presidente. Lembro-me da Dilma e do Collor. Contudo, nunca houve uma criminalidade tão grande como a de hoje. Isso ainda vai gerar fome e matar muita gente de fome, muitas crianças. Daqui a 10 anos vocês verão uma miséria maior ainda que a miséria que havia quando fui criado. Muito obrigado a todos. (- Palmas.)

**O presidente (deputado André Quintão)** - Há ainda duas pessoas inscritas, e elas gostariam de se manifestar. Vamos conceder a palavra a elas para que ninguém fique sem expressar a sua opinião. Vamos acolher essas duas últimas inscrições para que não sejamos acusados de desrespeitar o direito à segurança alimentar e nutricional sustentável.

**O Sr. Geraldo Rodrigues de Oliveira** - Boa tarde a todos e a todas. Na pessoa do nosso deputado Patrus Ananias, gostaria de cumprimentar todos os integrantes da Mesa. Meu nome é Geraldo e sou diretor do Sindicato dos Bancários de Belo Horizonte e região.

O que vemos no nosso país é algo muito notório. É um desmonte do País, onde o capitalismo quer imperar. Somos um país de muitas riquezas. Sei que não ouvimos muito comentar, mas tudo começa a partir do momento em que o pré-sal é entregue às empresas multinacionais. Sabemos que poderia haver uma parcela muito grande de contribuições para investimento na saúde e na educação neste país, mas, agora, mais uma vez, vemos essa precarização da nossa CLT, em razão dessas propostas trabalhista e da previdência. Hoje o problema não é meu, dele ou daquele, mas de toda uma nação. Realmente precisamos acordar e fazer uma mobilização envolvendo

todos e todas, porque isso é de suma importância. O que está em jogo não é só uma categoria, mas a vida do trabalhador e da trabalhadora do campo, a nação como um todo.

Neste final, venho conclamar todos a participarem, porque é importante darmos a nossa contribuição. Vamos à luta. Muito obrigado a todos. Fico muito feliz por ainda ver essa luz no fim do túnel para que possamos elevar a nossa mobilização. Obrigado. (- Palmas.)

**O presidente** - Muito obrigado, Geraldo, e estendo os meus cumprimentos a todos os representantes do Sindicato dos Bancários. A Eliana está na Mesa representando a CUT, e a participação dos bancários é expressiva. Também fui bancário, Eliana, foi meu primeiro emprego em que trabalhei por quase 10 anos. A minha primeira greve na vida foi na antiga MinasCaixa, e sabemos a força dos bancários e do movimento sindical.

O último convidado é o professor municipal Lucas Rodrigues.

**O Sr. Lucas Rodrigues Silva** - Boa tarde a todos e a todas. Gostaria de agradecer-lhes este momento de tamanha importância. Meu nome é Lucas.

Sou professor municipal de Belo Horizonte e filiado ao Sind-Rede, que é o sindicato dos professores da rede municipal.

Estamos em greve desde quarta-feira passada, quando houve aquela grande manifestação, no dia 15. Desde então, permanecemos em greve, greve essa que foi atacada na quarta-feira por um jornal da Itatiaia. O apresentador disse que a greve era

ilegítima, que não deveria ser feita, mesmo sabendo que a greve é um direito constitucional de todos os trabalhadores. Disse que nós, professores, poderíamos estar em sala de aula. Uma das justificativas desse apresentador é de que as crianças não têm educação em razão da greve, principalmente. Isso não é verdade. Estamos em greve e lutamos pela melhoria da educação de todos os alunos e alunas. A greve é necessária em razão do ataque que está sendo feito à classe trabalhadora. É tudo um conjunto orquestrado. Com essa terceirização que foi aprovada e a reforma da previdência, o trabalhador terá de contribuir por 49 anos de forma ininterrupta para poder se aposentar. Só que agora, com a terceirização, ele fica trabalhando nove meses e depois é mandado embora. Então, quando esse trabalhador vai se aposentar? Nunca.

Estamos em greve fazendo várias ações. Já distribuimos cerca de 300 mil panfletos para a população de Belo Horizonte para conscientizá-la sobre a reforma da previdência. Hoje teremos mais ações. Continuamos em greve pelo menos até o dia 31, até que essa reforma seja barrada. O Temer disse que tiraria os servidores municipais e estaduais da reforma, mas não queremos isso. Lutamos pelo bem comum de todos os trabalhadores. Chamo todo mundo para a luta, para conscientizarmos a população que não sabe do que está acontecendo. Fomos à Cabana do Paí Tomás, ao Morro das Pedras, à Nova Cintra. A população mais humilde infelizmente não sabe dos ataques que essa reforma promove. Chamamos todos para a luta. Nós, detentores da informação, precisamos chamar todos para a luta. Muito obrigado.

**O presidente (deputado André Quintão) - Obrigado, Lucas.**

Ontem tive a chance de participar de uma mesa sobre a reforma da previdência, na aula inaugural de psicologia, na PUC, com a Adriana Mansur, do Sind-Rede. É isso mesmo. Devemos ir para as ruas, para os bairros mais pobres, para as universidades. Temos de conscientizar todos os segmentos.

Estamos chegando ao final. Novamente queria agradecer a presença de todas e todos. Agradecemos às centrais sindicais, aos sindicatos, aos movimentos sociais, aos convidados, às convidadas e aos parlamentares. Parabens os deputados Leonardo Monteiro e Patrus Ananias por esta iniciativa, que possibilitou, por meio do evento e da TV Assembleia, a transmissão e propagação das ideias que gerarão a oportunidade de o Estado de Minas Gerais se ater às consequências negativas e nefastas dessa proposta. Como foi dito aqui, não se trata de uma reforma trabalhista, mas de desmonte da legislação trabalhista.

Agradeço também às assessorias dos mandatos do Patrus e do Leonardo, lá na Câmara dos Deputados, e também de nosso mandato aqui na Assembleia e dos demais parlamentares presentes. Agradeço a todo o pessoal da Assembleia Legislativa. Agradeço aos funcionários da Assembleia que, nesta semana e especialmente hoje nos ajudaram a realizar a audiência pública, que, com certeza, terá bons desdobramentos do ponto de vista da mobilização. Agradeço também a presença de todas as representações municipais, na pessoa do Alex, vereador de Pirapora, aqui presente. Enfim, agradeço a todos vocês. Agora a nossa tarefa, que já está em

curso, é rua. Rua, mobilização, explicação, sensibilização. Temos de apostar na nossa capacidade de resistência e na capacidade de resistência do povo brasileiro.

A presidência manifesta a todos os agradecimentos, assim como ao presidente da Assembleia pela deferência de podermos usar hoje o Plenário para essa atividade da Câmara dos Deputados.

#### **Encerramento**

**O presidente (deputado André Quintão)** - Cumprido o objetivo da convocação, encerro a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a reunião especial de segunda-feira, dia 27, às 19 horas, destinada a homenagear a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário - Seda - pelos dois anos de sua fundação. Levanta-se a reunião.